



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 653 - DE 28 DE NOVEMBRO A 12 DE DEZEMBRO DE 2021 - R\$ 4,00

Burguesia e seus partidos antecipam a disputa eleitoral

Esse é o caminho para arregimentar os explorados, por detrás do objetivo de trocar um governo burguês por outro

Todos prometerão crescimento econômico, volta dos empregos, melhor distribuição de renda e diminuição da desigualdade social. Todos mentirão para os pobres, miseráveis e famintos.

Lutemos por um programa próprio de reivindicações! Organizemos a luta nacional coletiva, em defesa de uma Carta de Reivindicações!

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!

**GREVES OPERÁRIAS NOS ESTADOS UNIDOS
ASSINALAM O CAMINHO DA LUTA DE CLASSES MUNDIAL**

Burguesia e imperialismo, em busca de um novo governo

É nesse terreno que se trava a luta pela independência política dos explorados

Os arranjos eleitorais, há muito, vêm sendo montados. Mas, agora, começaram a tomar forma mais definida. Desde o momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) restabeleceu os direitos políticos de Lula, o petista se habilitou como principal adversário de Bolsonaro. Assim, a crise política, que vinha aprofundando-se em meio à Pandemia, tomou a forma antecipada de disputa eleitoral.

Uma importante fração da burguesia – a mais poderosa, porque expressa o capital financeiro – se afastou de Bolsonaro, e não aceitou a possibilidade de recondução de Lula para um terceiro mandato. A solução era e é a de levar os arranjos políticos até a constituição de um candidato denominado de terceira via, que não seria, nem de ultradireita, nem de esquerda. O melhor seria alguém que representasse, no espectro partidário, uma posição de centro-direita. Em resumo, um candidato definitivamente liberal, portanto, afeito aos objetivos e interesses da fração burguesa comandada pelo capital financeiro.

Nomes interessados não faltaram. O problema é quem seria capaz de arregimentar votos, e deslocar a polarização entre Lula e Bolsonaro. Os velhos partidos da oligarquia – MDB, PSDB e DEM – se mantêm como fortes aparatos de Estado, mas impossibilitados de apresentar um nome para ganhar as eleições, e substituir Bolsonaro. A providencial ruptura de Sérgio Moro com Bolsonaro e a sua saída traumática do Ministério da Justiça acabaram projetando o ex-juiz, comandante da Operação Lava Jato e carrasco de Lula, na condição de figura da terceira via. Não por acaso, Moro ganhou um posto de assessoria, em uma firma nos Estados Unidos, assim que foi escorraçado do governo que ajudou a eleger.

No mesmo momento em que Bolsonaro estava concluindo seus arranjos com o partido do evangélico Valdemar Costa Neto, o PL, para lançar a sua candidatura, bem como o PSDB se preparava para realizar suas prévias, tendo em disputa três pretendentes, Moro é recebido pela imprensa monopolista como a salvação da terceira via. Não importando que o Podemos, partido a que se filiou, não passasse de uma sigla de aluguel, como foi o PSL, para a eleição de Bolsonaro.

Ao agregar o nome do economista Affonso Celso Pastore, um homem de prestígio entre os liberais, portanto, entre os banqueiros, Moro afirmou seu compromisso de ir adiante com a linha geral ditada pelo imperialismo aos países semicoloniais. A filiação do general da reserva Santos Cruz, uma das primeiras figuras militares a ser defenestrada do governo Bolsonaro, foi um gesto voltado às Forças Armadas, que devem preparar-se para uma possível mudança de presidente.

É bem possível que, se Eduardo Leite vencer as prévias, o que é difícil, o PSDB poderá compor com Moro. Esse objetivo foi expresso pelo peessedebista do Rio Grande do Sul. O ex-ministro da Saúde de Bolsonaro, Mandetta, retirou a sua candidatura, para apoiar Moro. O seu partido DEM está em processo de fusão com o PSL, para formar o partido União Brasil. Embora em ambos partidos existam fieis bolsonaristas, a tendência é

de se enfileirar por detrás do “lavajatista” Moro.

Toda essa movimentação está voltada a impedir o retorno de Lula à presidência, o que reascenderia o PT na máquina do Estado. A burguesia norte-americana e, principalmente, os democratas, não têm Lula como um inimigo, embora o petista penda para a social-democracia europeia. Mas, não querem nenhum estorvo à sua diretriz ultraliberal. Está claro que Moro é a peça eleitoral instalada pelo imperialismo norte-americano no processo político brasileiro de substituição de um governo burguês por outro.

É preciso aguardar o resultado das prévias do PSDB, que poderá lançar a candidatura de Doria. Tudo indica, porém, que dificilmente o PSDB, dividido e conflagrado, ascenda ao posto da terceira via. É bem visível que os arranjos das forças capitalistas se concentram em inflar o boneco Moro. Se essa via se afirmar, o mais provável é que os lavajatistas desloquem a ultradireita bolsonarista, e reúnam finalmente toda a oposição burguesa de centro-direita para impedir o retorno do PT à presidência.

Lula lançou sua candidatura no Parlamento Europeu, como palestrante da Conferência de Alto Nível da América Latina, promovida pela social-democracia. É bom lembrar que Lula evitou comparecer em qualquer uma das várias manifestações da Campanha Nacional Fora Bolsonaro e Impeachment. A imprensa monopolista desconheceu a presença de Lula no Parlamento Europeu, uma das instituições do imperialismo. Aproveitou uma entrevista ao jornal El País, para pintar o candidato petista como aliado de “ditaduras anacrônicas” da América Latina, principalmente, de Cuba, Venezuela e Nicarágua. Arma-ram uma campanha sórdida, descontextualizando a resposta de Lula, cuja experiência como governante por dois mandatos comprovou indiscutivelmente ser um adepto contumaz da democracia burguesa.

Esse quadro retrata perfeitamente a nova fase da disputa eleitoral, em que as forças burguesas se movimentam para armar a terceira via. O PT e aliados estão presos nessa teia da política de Estado. E não podem se libertar, porque dela fazem parte. Terão de ir ao encontro de setores da burguesia, para se viabilizar. É nesse sentido que se aventou uma aproximação com o ex-governador de São Paulo (PSDB), Geraldo Alckmin. Uma somatória difícil de realizar. Estabelecida a candidatura da terceira via, Lula se movimentará para concluir alianças.

A “Campanha Nacional Fora Bolsonaro e Impeachment” está esgotada, uma vez que não conseguiu montar a desejada frente ampla. A sua orientação eleitoral em torno a Lula cumpriu a função de oposição pequeno-burguesa ao governo de ultradireita. Daqui para frente, apesar de não estar oficializado o período eleitoral, a luta pela independência da classe operária e dos demais explorados se dará nesse terreno da política burguesa. Trata-se da vanguarda com consciência de classe manter a luta em defesa de um programa, estratégia e tática próprios do proletariado.

Corrida eleitoral

Campanha oposicionista contra a candidatura de Lula

O desespero é grande em setores da burguesia. Lula continua a liderar as pesquisas eleitorais. Bolsonaro já não serve aos interesses de uma poderosa fração dos capitalistas. E a “terceira via” tarda em apresentar um candidato capaz de deslocar Bolsonaro.

O lançamento da pré-candidatura de Moro suscitou uma esperança, no sentido de potenciar a bandeira “nem Lula, nem Bolsonaro”. As divisões internas ao PSDB, por enquanto, têm facilitado as manobras e os artifícios para criar a figura de um Moro anticorrupção, e capaz de resolver a crise econômica e social. A imprensa monopolista passou a impulsionar o boneco Moro, como se fosse uma benção do céu. Deu-lhe um espaço publicitário, que, se fosse pago como campanha eleitoral, ficaria caríssimo. O mesmo procurou fazer com a prévia do PSDB, para decidir quem, entre Doria, Leite e Virgílio, seria o escolhido como candidato. Mas, a encenca nas fileiras peessedebistas se agravou ainda mais, com o não funcionamento do processo eletrônico, que obrigou a uma nova votação.

Bolsonaro, sem dificuldades, impôs suas condições para ser o candidato pela legenda do partido evangélico, PL. Lula estava tranquilo. Depois de recuperar os direitos políticos, e manter-se na liderança das pesquisas, tratava-se apenas de assistir aos adversários correrem atrás da terceira via, e Bolsonaro encontrar um partido de aluguel. Evitou comparecer nas manifestações petistas e de aliados pelo “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Esperou um momento propício para se projetar eleitoralmente. Nada melhor do que uma tribuna internacional, cedida pelo Parlamento Europeu, qualificada de “Conferência de Alto Nível”. O evento foi patrocinado pelo “bloco social democrata da casa legislativa”. Lula concluiu, em seu discurso, que “o Brasil tem jeito”. Pode-se dizer que, neste momento, em Bruxelas, Bélgica, o PT e aliados lançaram e oficializaram a candidatura de Lula.

A imprensa monopolista brasileira praticamente desconheceu o acontecimento. Eis que Lula responde a perguntas do jornal “El País”, e abre caminho para os abutres, que apenas tinham sobrevoado o Parlamento Europeu. Capciosamente, as duas entrevistadoras testaram a fé do caudilho no governo cubano, Nicarágua e Venezuela, classificados pelo imperialismo de “ditaduras”, contrapostas às “democracias”. Coincidentemente, acabavam de ocorrer as eleições na Nicarágua, e ocorreriam na Venezuela. A repressão do governo cubano às manifestações já havia passado praticamente quatro meses. As respostas de Lula simplesmente foram manipuladas, para lhe apresentar como antidemocrático. Descontextualizaram as frases, para descartar o fundamental de seu argumento: o de que se devia respeitar a autodeterminação da Nicarágua e Venezuela. Certamente, o caudilho petista se colocou genericamente diante de um problema democrático, que é o do direito dos países semicoloniais e oprimidos a decidirem internamente sobre o seu regime, o seu governo e a sua política.

As “democracias” imperialistas não toleram a luta dos povos oprimidos por sua autodeterminação. Independente de se houve fraude, se a oposição foi cerceada, ou se existem presos políticos, o direito à autodeterminação continua valendo como condição democrática de defesa da nação oprimida contra as nações opressoras. Os Estados Unidos e seus aliados europeus, não apenas criticaram o processo eleitoral, mas também decidiram impor sanções econômicas, de forma a destruir a governabilidade do país.

Se Lula fosse consequente com os fundamentos da autodeterminação, teria sido claro em condenar a interferência das potências nas eleições da Nicarágua e Venezuela. Maduro fez um acordo com os Estados Unidos e europeus, para reincorporar a oposição nas eleições municipais. Mesmo sob vigilância dos agentes do imperialismo europeu, o pleito foi condenado. Por acaso se conhecem missões estrangeiras que foram enviadas para fazer inspeção em eleições nos Estados Unidos – e notem que Trump denunciou fraudes?.

Se Lula fosse consequente com os fundamentos da autodeterminação, teria sido claro em condenar a interferência das potências nas eleições da Nicarágua e Venezuela. Maduro fez um acordo com os Estados Unidos e europeus, para reincorporar a oposição nas eleições municipais. Mesmo sob vigilância dos agentes do imperialismo europeu, o pleito foi condenado. Por acaso se conhecem missões estrangeiras que foram enviadas para fazer inspeção em eleições nos Estados Unidos – e notem que Trump denunciou fraudes?.

A imprensa monopolista, que está contra a candidatura petista, e trabalha por inchar o balão de Moro, tomou a comparação que Lula fez entre o tempo de permanência no poder de Daniel Ortega e de Angela Merkel, para pintar um Lula antidemocrático. Essa comparação somente poderia ser feita caso Lula tivesse saído do plano formal, e mostrasse a diferença entre as democracias imperialistas e as caricaturas das democracias em países semicoloniais.

A resposta de Lula sobre Cuba, por sua vez, implicou denunciar o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, perante o qual todas as democracias avançadas baixam a cabeça. Os choques internos a Cuba, evidentemente, são explorados pelo imperialismo, uma vez que a ausência de um partido revolucionário – marxista-leninista-trotskista – impossibilita defender as conquistas da revolução cubana.

A entrevista de Lula suscitou a questão da opressão nacional e da impossibilidade de democracias sólidas nos países semicoloniais. O que evidencia a necessidade histórica da re-

volução proletária. O tiroteio verbal-ideológico da direita burguesa – expressão mais acabada da influência do imperialismo sobre a burguesia brasileira – está voltado à consolidação da terceira via.

Lula governou o país por dois mandatos, assim pôde demonstrar que, em nenhum momento, ofereceu perigo à democracia oligárquica, e à sua base material, que são as relações capitalistas de produção. O mesmo se pode dizer de sua sucessora, Dilma Rousseff, que foi derrubada por um conluio interoligárquico, na forma de um golpe institucional. O seu impeachment expôs as limitações e a fisionomia caricatural da democracia brasileira. O PT, tendo à frente Lula, se consolidou como um partido burguês, sem a burguesia, sem ser um partido orgânico da oligarquia. Como não há possibilidade de reeditar o velho nacionalismo burguês, também comparece como uma caricatura da decomposta social democracia.

O fracasso do nacionalismo pequeno-burguês na Nicarágua e na Venezuela resulta em incapacidade de instituir uma promissora democracia burguesa, que sirva ao desenvolvi-

mento das forças produtivas, à erradicação da miséria e fome, bem como à sua elevação cultural. É imprescindível revelar os interesses do imperialismo, que sempre se manifestam nas eleições, e condicionam as governabilidades nos países semi-coloniais. Somente assim, é possível abrir os olhos dos explorados para os perigos dos encantos do reformismo.

A luta da vanguarda com consciência de classe se desenvolve em torno à organização independente do proletariado e dos demais explorados. Inevitavelmente, essa luta passa pelas experiências com o nacional-reformismo, ainda que esteja desfigurado. O próximo período estará condicionado pelas disputas eleitorais. O assunto principal já não será o da corrupção, mas sim o da decomposição econômica do país e o da pobreza, miséria e fome das massas. Todos os partidos da ordem vão se utilizar das bandeiras de redução da desigualdade, e a favor da abstrata justiça social. Esse terreno é propício para a vanguarda com consciência de classe combater o eleitoralismo, e desenvolver o programa e a estratégia de poder próprios da classe operária.

Lula no Parlamento Europeu

O mais importante foi o pronunciamento de Lula na “Conferência de Alto Nível da América Latina, no Parlamento Europeu, realizado em 15 de novembro. O candidato a um terceiro mandato presidencial foi até os representantes do imperialismo europeu, para declarar sua “crença inabalável na humanidade”.

Recheado de citações sobre várias catástrofes, da Pandemia à Segunda Guerra, Lula se mostrou “otimista”. Em tom explicativo, diz: “*Conhecemos o imenso poder de destruir que o ser humano tem em suas mãos, e que ele tantas vezes não hesitou em utilizar. Mas não podemos jamais esquecer de que a humanidade tem também uma extraordinária*

capacidade de construir e reconstruir”.

Confessa, assim, sua fé no imperialismo europeu: “*A União Europeia, o Parlamento Europeu e vocês (...) são portanto exemplos dessas virtudes humanas”.* E batiza a União Europeia como um “patrimônio da humanidade”. Essa bajulação foi ao ponto de reconhecê-la como um exemplo de cooperação e construção da paz entre os povos. Lula não temeu valer-se de tamanha falsificação histórica.

Em seguida, passou a se autoglorificar de seu governo “*ter conduzido o Brasil ao posto de 6ª maior economia mundial”*, e ser um exemplo de “*como é possível superar a extrema pobreza e a fome, com total respeito à democracia”.*

Reclamou das potências, por não terem auxiliado os países pobres a combaterem os desequilíbrios climáticos.

Fechou essa ordem de ideias com a certeza: “*Felizmente, essa era de trevas que se abateu sobre o planeta, por conta da ascensão de governos de extrema direita pelo mundo afora, emite sinais de que está chegando ao fim”.* Assim, Lula pôde se dar por feliz em acreditar “*num mundo cada vez mais plural, unido a valores como solidariedade, cooperação, humanismo e justiça social”.* Com esse palavreado burguês e serviçal, Lula lançou sua candidatura a presidente do Brasil no Parlamento Europeu. O que é do interesse de setores imperialistas da social democracia europeia.

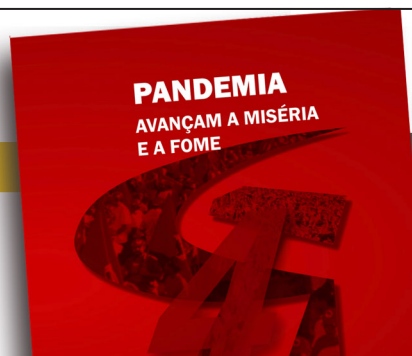
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Crise no Inep

Bolsonaro mete as patas nas provas do Enem

O fundamental da crise no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) se encontra na atitude passiva e impotente das direções estudantis. Bolsonaro e seu ministro da Educação, o evangélico Milton Ribeiro, simplesmente resolveram meter as patas na elaboração das provas do Enem. O presidente do Inep, Danilo Dupas, um preposto do governo, tentou enfiar de contrabando 24 bolsonaristas, entre os concursados que elaboram as questões, para interferir no conteúdo das provas. O argumento de Bolsonaro é o de que o Enem está muito ideologizado, e serve ao proselitismo político. Em contraposição à ingerência, 37 funcionários do Inep se rebelaram e foram exonerados. O máximo que as direções estudantis burocratizadas fizeram foi recorrer à Justiça. Mantêm, assim, a passividade política e organizativa assumida durante toda a Pandemia.

Assuntos e temas como opressões, escravidão, ditadura militar, luta de classes, desigualdade social, socialismo e evolucionismo são considerados subversivos e proibitivos de serem estudados nas escolas. Eis por que, entre os professores, que o governo pretendeu infiltrar no Inep, estavam defensores da visão religiosa do mundo, do criacionismo, da justeza da ditadura militar, do combate ao comunismo, etc.

A intervenção bolsonarista no Inep foi mais uma das ações da reacionária bandeira “Escola Sem Partido” e da militarização do ensino. Bolsonaro ensaiou uma ampla remodelação do sistema escolar. Não teve força suficiente, uma vez que não contou com o apoio de importantes setores liberais da própria burguesia, da classe média, da imprensa monopolista e dos intelectuais formadores de opinião.

A juventude e as massas estudantis não chegaram a tomar em suas mãos o combate à “Escola Sem Partido”, devido à incapacidade das direções da UNE, UEE, UMES, DCEs e CAs, vinculadas aos reformistas e centristas. As perseguições e punições políticas a professores que ousaram reagir ao obscurantismo bolsonarista não foram respondidas à altura dos ataques dos agentes da “Escola Sem Partido” e da militarização do ensino. As direções não puderam e não podem travar a luta ideológica e política contra a ofensiva dos evangélicos, que hoje controlam a presidência da República, e fazem às vezes da Igreja Católica, na defesa dos dogmas sectários em contraposição à ciência. O que comprova sua subordinação ao liberalismo e às divisões interburguesas, que vêm se processando desde o fim da ditadura militar. Reformistas e centristas se limitam a criticar as interferências das igrejas do ponto de vista do liberalismo e democratismo burgueses decrépitos.

A escola é de classe, e continuará sendo, enquanto o proletariado e a maioria oprimida não derrubar a burguesia do poder. Como escola de classe, sempre servirá à ideologia da classe dominante. As diferenças de tendências, como as que assistimos com a potenciação política das igrejas evangélicas, que pugnam pelos dogmas do criacionismo, não eliminam e não reduzem o poder doutrinário dos fundamentos da dominação de classe.

Ocorre que a desintegração do capitalismo, o avanço da barbárie social e os choques entre as classes se refletem e penetram na vida escolar. O ensino não tem como permanecer à margem

da luta de classes. Não tem como ficar de costas aos ataques dos governos aos direitos trabalhistas, às demissões em massa, à multiplicação da informalidade, ao recrudescimento da discriminação da juventude negra, e ao intervencionismo imperialista.

A escola não é impermeável à vida social, que se decompõe e expõe o esgotamento histórico do capitalismo. Não é indiferente às rupturas que ocorrem diariamente nas relações familiares. Enfim, a escola não tem como deixar de ser um campo de batalha pelas explicações do que se passa na economia, na política e na organização social.

A “Escola Sem Partido” é a expressão mais atrasada, conservadora e obscurantista da ideologia dominante da burguesia. De tão retrógrada e grosseira, não tem como impor a sua hegemonia na escola. Mas tem como deformar parte da juventude e dos docentes, que acabam servindo de instrumentos inconscientes ao autoritarismo, e das tendências fascizantes da burguesia, que se convertem em repressão e perseguição política, principalmente, aos que se contrapõem ao capitalismo e aos seus valores apodrecidos.

Quem de fato faz proselitismo e doutrinário nas escolas são os agentes da ideologia da classe dominante. Valem-se da escola por ser um aparato do Estado, como são as Forças Armadas, a polícia, etc. São poucos os espaços para o conhecimento científico, que como tal exige a interdependência entre a teoria e a prática. O conceito de luta de classes é científico, sem o qual não se podem compreender as transformações históricas. Explicar as mudanças qualitativas de um modo de produção a outro, implica recorrer ao materialismo histórico. Ou seja, recorrer à real ciência das mutações sociais.

A emersão das tendências mais retrógradas da burguesia e da pequena-burguesia se explica pela contradição entre as forças produtivas, que já não podem mais se desenvolver nas entranhas das relações capitalistas de produção. Em síntese, o capitalismo está mais do que amadurecido para ceder lugar à sociedade sem classes, a sociedade comunista.

O período de reconstrução do pós-Segunda Guerra há muito se esgotou, e o processo de restauração capitalista que desmoralizou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e que está levando ao desmoronamento da China, não tem mais como servir de válvula de escape às forças produtivas mundiais. É nessas condições que o marxismo se mostra imprescindível, como teoria científica das transformações históricas. Ao contrário, o retrocesso do sistema burguês de ideias à barbárie ideológica, que é o fascismo, se assenta no avanço da barbárie social.

A vanguarda com consciência de classe está diante desse grande problema. A defesa programática da escola científica – do livre acesso de todos os jovens à universidade (fim dos vestibulares), a criação de condições materiais e culturais, para que o livre acesso não seja uma formalidade, a possibilidade de livre acesso às conquistas da ciência, do exercício do ensino e da aprendizagem, e a vinculação da escola com a produção social – está plenamente colocada. É com essa arma que os marxistas combatem o obscurantismo religioso e o liberalismo burguês, que condicionam a vida escolar.

Décima nona Carta do Partido Operário Revolucionário (POR) aos trabalhadores e à juventude oprimida

À Marcha da Consciência Negra

20 de novembro de 2021

Desde 29 de maio, quando as direções sindicais e políticas romperam a sua passividade, convocando a primeira manifestação da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, o POR, não só trabalhou por sua organização, como também teve o cuidado de expor suas críticas à diretriz do movimento, bem como defender claramente um posicionamento distinto. Eis por que passou a escrever as Cartas dirigidas aos trabalhadores e à juventude. Em seu conjunto, se encontra expressa uma linha classista e revolucionária de combate ao governo ultradireitista de Bolsonaro e à burguesia.

As Cartas demonstram que o governo reacionário que comanda o País tem um conteúdo de classe, que não deve ficar oculto sob a caracterização de sua orientação ultradireitista. Um governo pode ser de direita, ultradireita ou de esquerda, seguindo as usuais classificações. Pode encarnar tendências democratizantes, ou fascizantes. A história está repleta de exemplos. O que se passa também no Brasil, basta comparar governos como o de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro.

As diferenciações são necessárias, para ajustar a tática de luta da classe operária contra este ou aquele governo. No entanto, é decisivo mostrar aos explorados que os governos de direita, ultradireita e esquerda têm em comum o fato de dirigir o Estado burguês, garantir a proteção da propriedade privada dos meios de produção, e bloquear a luta de classes.

Qualquer que seja o governo, tem a função histórica de manter a ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Somente assim, o capitalismo em decomposição continua sobrevivendo, à custa de maior opressão, pobreza, miséria e fome das massas.

É bem conhecido, no Brasil, o quanto os negros que formam a maioria da população suportam a opressão de classe e, derivado dela, o racismo. Mudam-se os governos, mudam-se os aspectos das políticas sociais, mas não se alteram a opressão de classe e as condições gerais da maioria negra, que continua sendo a mais pobre, miserável, faminta e vítima da violência policial. Isso por que todos são governos burgueses, que estão obrigados a seguir os ditames das relações capitalistas de exploração do trabalho, e a atender aos interesses gerais e particulares da burguesia. Esse fundamento de classe está expresso nas dezoito Cartas e, agora, reafirmado nessa décima nona Carta, dirigida à Marcha da Consciência Negra.

Trata-se de uma posição de princípio, não subordinar a luta dos explorados ao objetivo de substituir um governo burguês

por outro. O movimento iniciado em 29 de maio esteve e está em contraposição a esse fundamento e princípio de classe. É o que comprovou a bandeira de “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Esteve e está subordinada às eleições de 2022. As direções sindicais e políticas da Campanha Nacional Fora Bolsonaro nunca se colocaram por potencializar um movimento, que permitisse à classe operária e aos demais explorados derrubarem o governo burguês ultradireitista e, assim, criarem as condições para erguer um governo revolucionário, um governo nascido do seio das massas, e imposto à burguesia pela luta de classes. E não poderiam

estar por esse objetivo, uma vez que fazem parte da política burguesa e do ordenamento do regime capitalista.

O problema está em que essas direções controlam os sindicatos, centrais, movimentos populares, incluindo o movimento negro. Só não vê quem não quer, que a vinculação da bandeira “Fora Bolsonaro” à CPI da Covid-19 e à mudança de correlação de forças no Congresso Nacional, para viabilizar o processo de impeachment, estiveram na contramão da organização de um movimento de massa independente da política burguesa. Um movimento voltado a impor, aos governantes, as reivindicações próprias, de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; de enfrentamento ao avanço da pobreza, miséria e fome; de combate às contrarreformas e às privatizações; e de rompimento do garrote da dívida pública. Eis por que a linha política que

impulsionou a bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment” implicou manter a classe operária à margem da organização e das manifestações. Os protestos acabaram limitando-se a uma parcela da classe média e da juventude, descontentes com a situação econômica e a política ultradireitista de Bolsonaro.

Em nossas Cartas, o POR fez a defesa sistemática da necessidade de reorientar o movimento, sobre a base de um programa de reivindicações e estratégia próprios do proletariado. Insistiu que o rompimento da passividade das direções, que fecharam as portas dos sindicatos por mais de um ano, deveria recuperar a perda de terreno dos explorados para os exploradores no período da Pandemia. O que significava admitir que os trabalhadores foram golpeados duramente pelas demissões, pelos acordos de redução salarial e pela suspensão de contratos. O patronato aproveitou para fazer uma varredura nos postos de trabalho, diminuir encargos, e reduzir o valor da força de trabalho. Assim, a maioria oprimida, não apenas foi a mais atingida pela Pandemia, como a mais sacrificada pelas negativas consequências econômicas.

As direções sindicais e políticas da Campanha Nacional Fora Bolsonaro nunca se colocaram por potencializar um movimento, que permitisse à classe operária e aos demais explorados derrubarem o governo burguês ultradireitista e, assim, criarem as condições para erguer um governo revolucionário, um governo nascido do seio das massas, e imposto à burguesia pela luta de classes. E não poderiam estar por esse objetivo, uma vez que fazem parte da política burguesa e do ordenamento do regime capitalista.

Bolsonaro ocupou um lugar importante nesse processo, adverso à maioria oprimida. Mas, tão somente como uma peça essencial da engrenagem de funcionamento do capitalismo, e de defesa dos interesses gerais do poder econômico. De forma que para combater a sua política “negacionista” e “genocida”, era imperativo organizar um movimento, tendo por força motriz a classe operária, com seu programa e estratégia próprios. O contrário se passou. As mesmas direções sindicais e políticas que organizaram a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro foram as responsáveis pela paralisia do movimento por mais de um ano, pela aplicação da MP 936, e pela tolerância às demissões em massa. Sendo assim, era inevitável que as manifestações padessem de contradições políticas que as levariam ao beco sem saída do impeachment e das maquinações eleitorais.

Instaurou-se uma crise interna ao movimento, no momento em que a posição majoritária da direção se voltou a atrair a oposição burguesa de centro-direita, e a preconizar a constituição de uma “frente ampla”. Esse objetivo fracassou, devido ao fato de ficar claro que o impeachment não ia além de uma bandeira propagandística, e que passou a ser utilizada mais amplamente pelos partidos que concorrerão às eleições no campo da oposição a Bolsonaro. Não havia, portanto, como ajustar os interesses eleitorais em uma “frente ampla”. A tentativa frustrada de ampliar a frente, nos protestos de 2 de outubro, encerrou as negociações em torno ao objetivo de ir adiante com o impeachment de Bolsonaro.

Era visível que a CPI terminaria com um relatório natimorto, que não representava as forças burguesas capazes de romper o controle do governo sobre a Câmara de Deputados, regida pelo “Centrão”. A oposição de centro-esquerda e de centro-direita se limitou a denunciar o “negacionismo”, o “genocídio”, o autoritarismo e a incompetência de Bolsonaro. Não podendo romper a camisa de força do bolsonarismo na Câmara de Deputados, apoiado por importantes setores da burguesia e da alta classe média, não restou alternativa, a não ser recorrer à preparação do caminho eleitoral. Esses foram os limites políticos e organizativos impostos ao movimento de massa, que acreditou na possibilidade de abreviar o governo ultradireitista, por meio do impeachment.

É nesse marco que Bolsonaro pôde rever suas ações de confrontação com os demais poderes do Estado – principalmente com o Judiciário –, depois das ameaças golpistas proferidas em 7 de setembro. Uma vez arrefecido o conflito institucional, amenizada a crise federativa em torno à Pandemia, e concluídos os trabalhos da CPI, aplainou-se o curso da disputa eleitoral.

As direções sindicais e políticas do movimento não viram motivos para manter a convocação da manifestação de 15 de novembro. A saída foi recorrer à 18ª Marcha da Consciência Negra, atando-a à bandeira do “Fora Bolsonaro racista”. É necessário rejeitar a utilização da bandeira antirracista para efeito eleitoral. O racismo de Bolsonaro é um reflexo do domínio da burguesia branca sobre o proletariado e a maioria oprimida. A experiência comprova que um governo declaradamente antirracista não tem como combater as raízes de classe do racismo. As medidas que procuram amenizar a discriminação contra os negros ocultam a impossibilidade de acabar com essa chaga social, no âmbito do

capitalismo. Existem severas leis contra a discriminação racial, no entanto, a discriminação permanece intocável no fundamental. Os capitalistas continuam a discriminar a força de trabalho branca e negra. As camadas mais pobres da população são de maioria negra. O maior número de jovens desempregados e de baixa escolaridade é de negros. O imenso contingente de negros presos e assassinados também reforça a comprovação de que o racismo impera no País.

Há quem acredite que tem havido progresso no combate ao racismo, graças a governos que reconhecem e condenam a discriminação. O que seria demonstrado pela maior participação de negros no parlamento, nos partidos políticos, nas demais instituições do Estado e, sobretudo, nas universidades. De forma que foram dados passos no sentido da “reparação histórica” e da “inclusão social” dos negros. Esses conceitos se revelam vazios, quando se constata a discriminação da força de trabalho negra, o nível de informalidade, os míseros ganhos, o grau de pobreza, a marginalização da juventude, e o volume de prisões e assassinatos. O certo é que o reformismo se mostra incapaz de enfrentar o racismo nas entranhas das relações econômicas e da exploração do trabalho. Inevitavelmente, as ilusões na “reparação histórica” e na “inclusão social” caem por terra, no dia-a-dia dos acontecimentos, sendo os mais visíveis a miséria das massas negras e a violência policial.

Não há dúvida de que há distinções entre um governo declaradamente racista e um governo com propósitos antirracistas. A distinção é necessária, para se estabelecer a tática de luta da classe operária e demais explorados contra toda forma de opressão e discriminação. O que não pode ocorrer é a utilização do antirracismo para ocultar o conteúdo burguês do governo, e iludir as massas sobre a possibilidade de acabar com a odiosa discriminação por meio de sua eleição. Fazem parte da política de conciliação de classes, as bandeiras institucionais antirracistas. Chega-se ao ponto de o reformismo criar organizações de negros vinculadas ao Estado opressor. A institucionalização do movimento negro é um meio de potenciação eleitoral dos partidos que condenam o racismo.

Essa Carta do POR, endereçada à 18ª Marcha da Consciência Negra, defende a independência do movimento dos explorados negros, contra a discriminação e pela erradicação do racismo. A independência organizativa e política resulta do programa proletário, voltado a destruir o capitalismo, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e desenvolver as relações socialistas de produção. Os trabalhadores negros e brancos têm de se irmanarem, na luta contra a dominação de classe da burguesia branca. No momento, está colocada a luta contra a subordinação das necessidades dos explorados em geral à política eleitoral e à substituição de um governo burguês por outro.

O POR defende que esta Marcha se levante por um programa de reivindicações contra a pobreza, miséria e fome. Que se coloque pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como um passo para organizar uma greve geral. É nessa luta que se potencializarão as bandeiras contra o racismo e toda forma de discriminação.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Com festividades, discursos hipócritas e ilusões na democracia burguesa, não se combate consequentemente o racismo

Sem que a classe operária tome a frente da luta contra a opressão sobre a maioria negra, o racismo permanecerá e recrudescerá!

22 de novembro de 2021



O esforço de circunscrever a discriminação dos negros a aspectos institucionais e culturais, ainda que se reconheçam determinados fatores econômicos e sociais, passou a depender de resultados eleitorais e do tipo de governo burguês de plantão.

A discriminação das massas negras jamais será resolvida nos marcos do capitalismo. Essa afirmação leva à conclusão programática de que somente a revolução proletária varrerá e enterrará o racismo. O que vale para as demais formas de opressão social. Sem que se reconheça essa verdade histórica, as tentativas de reformas fracassam, e degeneram em caricatura, em burdo oportunismo reformista. As reformas necessárias e a eliminação da discriminação não podem estar separadas por um precipício. É preciso ter como guia, na luta contra o racismo – e as demais formas de discriminação –, o objetivo de eliminar as raízes econômicas e sociais, que provocam as odiosas diferenciações entre brancos e negros.

A tese da inferioridade de raça e nacionalidade é uma criação da sociedade de classes. Eis por que a questão negra, em todas as suas dimensões, não é a única forma de opressão. A inferiorização da mulher diante do homem percorre um longo caminho, perpassando todas as sociedades de classes. Lutar contra as manifestações raciais e, portanto, contra a ideologia racial da inferioridade, implica compreender e

responder às demais formas de opressão. Isolar a discriminação racial das demais formas significa desconhecer e rejeitar o caráter de classe da opressão sofrida pelos negros. Esse artifício vem sendo promovido por movimentos pequeno-burgueses, em última instância de orientação reformista burguesa, que reconhecem apenas formalmente a base econômica da discriminação, e que se orientam no sentido de colocar a solução da opressão nas mãos da própria burguesia, ocultando-a por detrás do Estado.

A bandeira de “reparação histórica” tem esse conteúdo. Estrategicamente, pressupõe conquistar, nas entranhas do capitalismo, a igualdade entre brancos e negros. A procura desse objetivo conclui na admissão de que à burguesia e às suas instituições cabe o seu cumprimento. Gradualmente, por meio da democracia representativa, os negros ascenderiam a postos reservados em grande medida aos brancos. Uma vez que se libere o caminho para a ascensão, os negros irão ganhando força econômica, política e cultural. Um acúmulo gradual de conquistas nesse terreno permitiria, supostamente, diminuir

a discriminação, e integrar os negros em melhores condições de igualdade com os brancos. O que pressupõe um processo de acúmulo de reformas favoráveis à igualdade racial. Esse programa e método correspondem a ilusões pequeno-burguesas de ascensão de camadas da classe média negra, que se vêm distanciando da imensa maioria de proletários negros, pobres, miseráveis e famintos.

A “reparação histórica” é uma aspiração de classe média. A bandeira das “cotas raciais” esteve e está carregada da ilusão de que, aumentando um contingente de negros no parlamento, nos governos, nas universidades, enfim, em todas as instituições e atividades sociais, se acumulariam forças para realizar a “reparação histórica”, e alcançar, em perspectiva, a igualdade racial. Assim, se chegaria ao reconhecimento da cultura ancestral da nacionalidade africana e dos escravos negros.

O sonho da conquista da igualdade e dos direitos específicos dos negros, por meios pacíficos e por um processo gradualmente progressivo, se choca com a realidade social. Os inúmeros agrupamentos de negros, vinculados a partidos e ONGs, principalmente, se cristalizaram em torno a interesses típicos da pequena burguesia. O esforço de circunscrever a discriminação dos negros a aspectos institucionais e culturais, ainda que se reconheçam deter-

minados fatores econômicos e sociais, passou a depender de resultados eleitorais e do tipo de governo burguês de plantão.

É certo que, para efeitos táticos, não se deve deixar de distinguir um governo que se coloque pelas “ações afirmativas” e pela “inclusão social” daquele que as rechaça, como é o caso de Bolsonaro. Mas não é certo alimentar a ilusão de que um governo reformista ou pseudo-reformista, como foi o caso do governo do PT, poderia e poderá alterar substancialmente a discriminação dos negros.

As leis (Estatuto da Igualdade Racial) que penalizam as atitudes racistas e o critério de cotas não derrubaram um tijolo sequer do velho edifício racial. A bandeira “Vidas Negras Importam” é a prova dessa constatação. O assassinato e o encarceramento massivos de negros nunca foram debelados por nenhum governo. E continuará sendo assim, enquanto subsistirem as causas que resultam em pobreza, miséria e fome da maioria oprimida, cujo maior contingente é de negros. O Estatuto da Igualdade Racial não suprimiu o poder dos capitalistas, de diferenciar o valor da força de trabalho de brancos e negros. Não impediu que a juventude negra fosse a mais sacrificada pelo desemprego, subemprego e baixa escolaridade. Não coibiu a violência policial discriminadora. Bastam esses três fatores – o econômico, cultural e judicial – para evidenciar a tese marxista de que o racismo é um reflexo da opressão de classe.

O enorme empenho de intelectuais, negros e brancos, de apresentar o racismo como um problema de raça, distinto e separado do problema de classe, tem servido aos ativistas do movimento negro, e aos militantes da esquerda reformista e centrada. Por mais que propagandeiem a “reparação histórica”, “ações afirmativas”, “inclusão” e “justiça social”, o movimento corporativista não consegue sair do terreno movediço para o da terra firme. Eis por que as manifestações da Marcha da Consciência Negra não tiveram como expres-

sar a maioria oprimida, que permanece à margem da luta contra as discriminações. Mesmo contando com o apoio de setores da burguesia, que têm interesse de potencializar a classe média consumidora, as direções do movimento negro se mostram limitadas quanto ao objetivo de mobilizar as massas negras. De maneira que despertam a atenção e interesse apenas de uma camada da pequena burguesia negra, que se encontra mais adaptada às condições econômicas e sociais da atualidade. O pequeno contingente de homens e mulheres negros que comparecem à Marcha da Consciência Negra está vinculado às atividades e lutas corporativas. Não expressam, assim, o instinto de revolta da maioria oprimida.

Ainda está por se constituir um movimento revolucionário das massas negras, que juntamente com os assalariados brancos, formam a classe operária. Não pode haver dúvida de que o combate ao racismo faz parte da luta de classes dos explorados em geral contra a burguesia exploradora e seus governantes, sejam de direita, ultradireita ou esquerda. Sem a união dos operários negros e brancos, por meio da luta de classes, não é possível impor reformas democráticas à burguesia, e avançar em direção à eliminação das causas do racismo. Qualquer passo que se dê em favor da maioria negra oprimida, resultará de um intenso combate à dominação de classe e ao domínio imperialista do País.

A via do reformismo, gradualismo, pacifismo e democratismo resultará na perpetuação da discriminação racial, e, portanto, de todas as formas de discriminação. A experiência já pôs por terra as bandeiras reformistas da “reparação histórica”, “ações afirmativas” e “inclusão social”.

As manifestações do dia 20 de novembro estiveram submetidas à bandeira eleitoral do “Fora Bolsonaro”. Uma parcela das esquerdas se valeu dos atos, em boa parte festivos, principalmente o realizado em São Paulo, para propagandear a posição de que a candidatura de Lula e sua vitória eleito-

ral são a condição para resgatar a bandeira da “reparação histórica”. Trata-se de uma falsificação política. Nenhum governo burguês, por mais que se declare antirracista e a favor da “inclusão” social, pode modificar as relações estruturais do capitalismo, que conservam as sombras históricas da escravidão negra e os fundamentos capitalistas que amparam a discriminação.

O POR sempre convocou e organizou suas fileiras para as manifestações da Marcha da Consciência Negra. Compareceu com seu programa, que estabelece a tese de que a luta das massas negras é parte da revolução proletária, que somente será possível com a unidade do proletariado, como direção da maioria oprimida. Em cada situação, responde a um novo obstáculo ao desenvolvimento da luta de classes. Neste dia 20 de novembro, o POR rejeitou subordinar as manifestações à bandeira eleitoral, de oposição burguesa, de “Fora Bolsonaro racista”. O racismo de Bolsonaro não será eliminado simplesmente trocando um governo burguês por outro. É preciso desmascarar as frases de efeito, que acobertam as raízes da opressão.

O POR defendeu que as manifestações exigissem das centrais, sindicatos e movimentos que convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para defender uma Carta de Reivindicações própria dos explorados, e como parte da preparação de uma greve geral. A defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas está na ordem do dia. Os mais afetados, pelo desemprego, subemprego, miséria e fome, são as massas negras. Não se pode pôr em pé um movimento contra o racismo, se não se começar pela exigência de emprego, salário mínimo vital, recuperação das perdas e direitos trabalhistas.

Lutemos contra o racismo, sob a orientação do programa da revolução proletária, da instauração de um governo operário e camponês, e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

São Paulo

Marcha da Consciência Negra, sem luta

A 18ª Marcha da Consciência Negra em São Paulo, e no resto do país, se deu em aliança com a Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro. A manifestação foi distracionista, festiva, culturalista, eleitoralista e religiosa. Concretamente, a manifestação foi convocada para às 12h, mas as intervenções políticas só começaram por volta das 15h45min; nesse ínterim, apenas apresentações artísticas e religiosas. O ato contou com aproximadamente 15 mil pessoas, número bem menor que os atos anteriores pelo “Fora Bolsonaro”, mostrando a desmobilização desse movimento.

Nas intervenções políticas, deu-se prioridade aos coletivos do movimento negro, entidades oficiais e parlamentares negros. Só depois, no trajeto, abriram para intervenções de outras organizações. Dificultaram ao máximo a intervenção do POR, deixando apenas para o final, uma das últimas falas, já no final do trajeto. Esse método é coerente com a política desenvolvida pela direção do movimento, Coalizão Negra por Direitos, que, ao longo de 2020 e 2021, se submeteu à saída burguesa do impeachment, chegando a assinar o superpedido, junto com setores da direita. Está aí a razão para dificultar a intervenção do POR, sabiam que fariamos a denúncia dos desvios. O POR atuou na manifestação por meio de suas bandeiras, manifestos, cartazes, banca de materiais e intervenção no carro de som; em essência, o conjunto dessas intervenções expressou a linha política proletária no seio no movimento negro. Chama a atenção, o fato de que, nas falas, no carro central, pouco ou nada se falou sobre a condição das massas trabalhadoras, de maioria negra, que se encontram fora da produção social, e assim, sem condições de obter o mínimo necessário para sua sobrevivência. Pelo contrário, a maioria das intervenções se deu em torno às questões simbólicas, de empoderamento negro, identitarismo e saídas burguesas, como a eleição de candidatos negros para aumentar a representatividade parlamentar. Cada parlamentar que subia no carro de som, era recebido com tapete vermelho pela Coalizão, seja do PT, PCdoB ou PSOL, mesmo aqueles que sequer estavam na manifestação, como Vicentinho e outros, receberam elogios e homenagens.

Colocamos aqui essa breve descrição, para demonstrar um aspecto particular da crise de direção revolucionária do proletariado. Assim como essa crise se manifesta nos sindicatos e Centrais,



se manifesta também nos movimentos específicos, como o movimento negro, que dificulta ou impede a política proletária de se manifestar, mas exalta a política reformista pró-burguesa.

O POR defendeu que a 18ª Marcha se colocasse pela defesa dos empregos, salários, direitos, contra a fome e a miséria da população trabalhadora, que é formada pela maioria preta. Para isso, é preciso abandonar a conciliação de classes desse movimento, e se apoiar nos métodos da luta de classes. Neste sentido, o POR colocou para a Marcha uma proposta concreta: que as Centrais Sindicais e movimentos sociais convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, bloqueios e manifestações massivas, parando a produção social, e afetando os capitalistas na sua parte mais sensível, o bolso. Esse Dia de Luta deve ser o ponto de partida para uma greve geral. Essa defesa do POR não teve como se projetar amplamente, devido ao controle exercido pelos reformistas e centristas sobre o movimento. É tarefa da vanguarda com consciência de classe trabalhar sob o programa do proletariado, projetando suas lutas e reivindicações, e denunciando os desvios reformistas sobre as necessidades dos explorados.

Pronunciamento do POR

Camaradas, nós do Partido Operário Revolucionário, viemos aqui para trazer uma mensagem. O movimento pelo impeachment de Bolsonaro se mostra cada vez mais esgotado. É preciso, então, fazer um balanço muito sério e muito duro sobre a situação em que nos encontramos nesse momento. No ano passado, as direções políticas submeteram o movimento à passividade do “fique em casa”. Acreditaram que o Congresso Nacional poderia aprovar medidas que protegessem os explorados. Nesse ano, o movimento ficou submetido à bandeira eleitoral do

“Fora Bolsonaro e Impeachment”, e aos resultados da CPI da COVID. Nesse momento, aqueles que falavam que a única saída era o impeachment, de repente, e, magicamente, falam que a única saída é a eleição de 2022. Portanto, a substituição de um governo burguês por outro governo burguês.

O POR, em todos os momentos, defendeu que a única saída está em nossas próprias forças. Por isso, companheiros, é preciso combater a política das direções, de transformar a marcha do movimento negro em palanque eleitoral. O POR está

aqui com uma proposta muito concreta: que as centrais, sindicatos e os movimentos populares convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueio e greve. Porque esse é o método da classe operária e dos demais trabalhadores. Essa é a língua que o patrão entende, e essa é a língua que governo burguês entende. Companheiros, ainda esse ano, o ano não acabou, é preciso convocar uma poderosa manifestação, como preparação para a greve geral. Viva a luta dos trabalhadores! Viva a luta do proletariado negro!

Recife

DENÚNCIAS, FESTIVIDADES E ELEITORALISMO

A Marcha da Consciência Negra teve a participação de partidos políticos, movimentos sociais, entidades estudantis, sindicatos e centrais. Iniciou no Pátio do Carmo, onde a cabeça de Zumbi, do quilombo dos Palmares, foi exposta, após ter sido capturado, local de importância histórica na luta de resistência dos negros. Zumbi é símbolo da luta negra contra a escravidão colonial. Na Guerra de Palmares, não se aceitou a proposta de “paz” e “liberdade”, em troca de submissão do quilombo à Coroa Portuguesa. Não se confiou nas promessas da Coroa e dos latifundiários, defendendo a independência diante dos opressores. Passados mais de 300 anos, os negros ainda sofrem todo o tipo de violência – das chacinas policiais ao desemprego, que o condena à miséria – para garantir a riqueza da burguesia.

O movimento, que marchou no último 20 de novembro, com festividade e reforçando as ilusões de solução da vida dos negros, trocando um governo burguês por outro, esteve na contramão de responder à miséria da população negra, muito abaixo da resistência liderada por Zumbi dos Palmares.

A Articulação Negra de Pernambuco (ANEPE), Movimento “Fora Bolsonaro” e Coalizão Negra por Direitos convocaram a Marcha, sob o chamado “Basta de genocídio Negro – O povo negro resiste ao genocídio: antes, durante e depois da Pandemia!”, levantaram as denúncias de violência do último período, e expressaram a defesa das questões raciais como parte



fundamental na luta por democracia, sob a bandeira “Enquanto houver racismo, não haverá democracia! O povo negro quer viver!”. A União de Negros pela Igualdade (Unegro/PCdoB), defendeu a resistência e a confraternização de movimentos, diante da perversidade do governo federal com os negros. A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco afirmou que tirar Bolsonaro não resolverá o racismo, mas que esta é a prioridade do momento. Os movimentos negros expressam, assim, a disputa interburguesa em torno à substituição do governo burguês por outro, sob as ilusões de diminuição dos problemas dos negros com a saída de Bolsonaro. A CSP-Conlutas/PSTU denunciou a violência do governo Bolsonaro e defendeu a greve geral. O MRT resgatou a história dos negros como

parte da luta contra a opressão de classe. Defendeu a necessidade de combater o governo Bolsonaro, Mourão e as forças do golpe de 2016.

O POR convocou o ato previamente, em bairros proletários (Favela do Detran e Barro), e nas garagens e porta de fábricas, por meio dos boletins O Proletário e Nossa Classe. No ato, distribuiu o manifesto, piqueteou o jornal Massas, e marchou com materiais que defendiam um programa proletário para responder à odiosa discriminação racial; que a Marcha da Consciência Negra se colocasse por um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como construção da greve geral, em defesa dos empregos, salários e direitos. A fala da camarada teve o seguinte conteúdo:

Pronunciamento do POR no ato

A defesa da vida dos negros é parte da defesa dos empregos, salários e direitos. Por isso, a tarefa das centrais, sindicatos e movimentos sociais é o de construir o dia da Consciência Negra como parte da consciência de classe, abandonando a política de conciliação com a burguesia, que mantém os explorados na passividade. A ruptura da passividade, em 29 de maio, ainda não expressa o fim da passividade, imposta pela política burguesa de isolamento social adotada pelas direções. Isso porque, as direções sindicais se enrabicharam atrás da CPI da Covid, e se submeteram à convocação dos atos aos interesses interburgueses, de troca de um governo burguês por outro, e seguem em defesa da democracia burguesa, como se assim fosse possível responder ao aumento da miséria. A independência política e

organizativa da classe operária e demais explorados é urgente.

Exigimos das Centrais a convocação de um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, construído a partir dos locais de trabalho, estudo e moradia, com assembleias para defender as reivindicações que expressam a defesa da vida do proletariado – empregos, salários e direitos! Pelas plenárias unificadas dos explorados, para construção dos comitês de luta, para que o Dia Nacional de Luta expresse a paralisação da produção e manifestações massivas. Somente assim, é possível erguer um movimento que se choque com os capitalistas e seus governantes, como ponto de partida para uma poderosa greve geral. Somente com o fim da sociedade capitalista, será possível erradicar o racismo e as demais formas de opressão.

Rio Grande do Norte

Dia da Consciência Negra, distracionista

A manifestação se concentrou no Midway, e fez uma caminhada, sem, contudo, caminhar ao longo do trecho urbano da BR-101. Contou com um número bastante reduzido, quando comparado aos demais atos. Expressou a falta de mobilização, mas também a perda de ânimo dos reformistas, centristas e estalinistas, em torno à bandeira do Impeachment, que se enfraqueceu, em virtude do recuo do governo Bolsonaro em seu discurso golpista, e o encerramento da teatral CPI da COVID.

A coordenação burocrática do ato, dirigido por um movimento de mulheres (Amélias), orientou que as organizações do movimento negro deveriam estar à frente do ato, e teriam prioridade nas falas, o que supostamente marcaria o “protagonismo” dos negros no Dia da Consciência Negra. As intervenções iniciais tiveram um caráter religioso (Candomblé), o que, para a direção do movimento, estaria expressando a an-

cestralidade do “povo” negro. Próximo ao final do ato, houve uma longa parada para a apresentação musical de um artista, escancarando o caráter festivo do movimento.

A manifestação, sob a bandeira “Fora Bolsonaro racista!”, passou longe das reais necessidades imediatas dos oprimidos, em particular da juventude negra e pobre. A incorporação dos explorados negros, em unidade com os demais oprimidos, se dará a partir das reivindicações que defendam os empregos, salários, direitos, moradia, etc., que expressam a defesa da vida das massas negras que, após a abolição da escravidão, passaram a engrossar as fileiras dos setores mais miseráveis do campo e da cidade.

O POR atuou no ato, fazendo a defesa das reivindicações que unificam os explorados contra a burguesia e seu Estado.

■ Pronunciamento do POR

“Saudações companheiros! Primeiramente, venho aqui denunciar a perseguição que venho sofrendo na Escola Ivani Machado e a remoção compulsória. Perseguição que se deveu por eu combater a “Escola Sem Partido”, e defender as liberdades democráticas. Estamos aqui, solicitando ao governo Fátima a minha reintegração imediata à Escola Estadual Ivani Machado. Chega de autoritarismo nas escolas!

Companheiros, sabemos que o racismo é próprio do sistema capitalista. Nesse período de crise econômica, os miseráveis e os pobres estão se alimentando de lixo e de ossos, para sobreviverem. Enquanto isso, os capitalistas são

protegidos pelo governo e Congresso Nacional. Durante a Pandemia, descarregam duras medidas sobre os ombros dos oprimidos. Companheiros, é preciso que as centrais, sindicatos e movimentos organizem imediatamente a luta pelo emprego, salário, saúde e moradia. Que rompam com a passividade e a estratégia eleitoralista, que esteve presente na bandeira “Fora Bolsonaro e impeachment”. E agora, com as candidaturas para as eleições de 2022. Chega de conduzir os movimentos para as saídas burguesas! Os pobres estão morrendo de fome todos os dias, os camponeses estão sendo atacados, as famílias estão sendo jogadas nas ruas, e milhões estão

desempregados. Diante dessa realidade, companheiros, só resta um caminho, a mobilização. É preciso que as direções sindicais e políticas convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisação, que seja de preparação para a greve geral. Que essa luta seja em defesa das empresas estatais, do emprego, dos salários, da moradia, pela derrubada das contrarreformas e da PEC 32.

Companheiros, esse Dia da Consciência Negra tem de ser de unidade com a maioria oprimida, em torno às reivindicações, e contra os governos e a burguesia. Companheiros, unidade e luta nas ruas. Defendamos um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios.

Ceará

Manifestação esvaziada, sob a bandeira de saída eleitoral para a crise

O ato do Dia da Consciência Negra, articulado para ocorrer em unidade com as organizações e partidos que vinham no movimento nacional pelo ‘Fora Bolsonaro’, foi marcado pelo esvaziamento, e pela defesa de uma saída democrática para a opressão racial e a crise econômica e política.

Sob a bandeira de “Fora Bolsonaro racista, nem fome, nem bala, nem Covid”, o ato foi organizado pela Frente Brasil Popular, Frente Povo sem Medo, Coalização Negra por Direitos, MNU e

Fórum Sindical. A manifestação ficou aquém do esperado, contando com pouco mais de 500 manifestantes. A concentração ocorreu na praça do Passeio Público, de onde seguiu em marcha, pelas ruas do centro, até a Praça dos Leões, encerrando com atividades culturais.

A manifestação refluíu acompanhando a desmobilização nacional, imposta pelas centrais e direções sindicais com o fim da CPI da Covid e da possibilidade de remoção do governo Bolsonaro via impeachment. Contribuíu, para isso,

o fato das direções, desde o princípio, voltarem-se apenas à mobilização da pequena burguesia arruinada, em torno da bandeira da substituição de um governo burguês por outro, e bloquearem a mobilização operária em torno de suas reivindicações vitais. O eleitoralismo, que começa a ganhar corpo, não podia deixar de contaminar a manifestação da consciência negra, que contou com a presença de vários parlamentares.

Chamou atenção o fato de as reuniões preparatórias para o ato terem sido

marcadas por certo tensionamento antipartidário, e ameaças de ruptura da unidade com os partidos/centrais do movimento nacional 'Fora Bolsonaro'. Um setor do movimento negro mais despolitizado levantou a acusação de que a pauta negra seria secundarizada com a unidade. A unidade foi possível com a condição de que um novo ato, em separado, fosse convocado para o final de semana seguinte, exclusivo do movimento negro, e com direito a proibição de bandeiras partidárias.

Todos estes elementos presentes na manifestação mostraram como as direções do movimento estiveram e estão profundamente subordinadas às diferentes variantes da política burguesa e pequeno-burguesa. O divisionismo e o apartidarismo, de um lado (que marcam fortemente os movimentos identitários), e o eleitoralismo, ao qual se subordinam as lutas dos explorados, de outro, mostraram como o ato do dia 20 esteve longe de responder às necessidades reais de organizar a maioria nacional oprimida em um só movimento e sob a direção do proletariado, contra a burguesia branca, que esmaga os assalariados, destrói direitos, e exerce a opressão sobre negros, mulheres, homossexuais e indígenas.

O POR interveio no ato com seu manifesto, bandeiras, palavras de ordem e sua banca de materiais. Levantou a ban-



deira de que a opressão racial que recai sobre os negros não é senão a autêntica expressão da opressão de classe da burguesia/imperialismo. A superação da odiosa discriminação racial, das diferenças salariais, dos assassinatos impunes, da violência policial, do desemprego, da falta de escola, moradia, etc., que recai, antes de tudo, sobre a maioria negra, só poderão ser efetivada por meio da unidade de trabalhadores brancos e negros, sob o programa da revolução proletária.

A desintegração econômica do capitalismo, que avança, mesmo com a propaganda do governo, de crescimento econômico e retomada da economia, esmaga o proletariado, camponeses, a pequena burguesia arruinada, e recai com

particular intensidade sobre a maioria negra. A luta em defesa da vida das massas requer, das centrais sindicais CUT/CTB/Intersindical/Conlutas, entidades estudantis e populares, a urgente defesa de uma Carta de Reivindicações dos explorados, que coloque a defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, e a luta contra o fechamento de fábricas, contra as privatizações e as contrarreformas. Reivindicações que só poderão ser arrancadas com a defesa firme de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, preparatório à greve geral. Eis o único caminho que permite a defesa contra os brutais ataques dos governos/patrões, e conquistar a independência de classe dos explorados.

Paraná

Ato rarefeito, teatral e eleitoral

Em Londrina, o ato com passeata, em 20 de novembro, esteve sob a orientação dos organizadores da Campanha "Fora Bolsonaro". Portanto, não expressou a luta contra o racismo e todas as formas de discriminação.

Os discursos ligavam, predominantemente, a condição de opressão dos negros ao governo Bolsonaro. O que é uma farsa, pois, a opressão remonta ao período colonial, e adota formas particulares, com o "fim" da escravidão e adoção do trabalho assalariado. Assim, a erradicação do racismo e de todas as discriminações só será possível por meio da luta de classes e do programa do proletariado contra a raiz da opressão, que

é o capitalismo. Ao contrário desta perspectiva, as correntes que organizam a Marcha da Consciência Negra alimentam ilusões em torno à possibilidade de resolver a opressão sobre os negros no âmbito do capitalismo, e utilizando as instituições burguesas.

O ato teve pouca participação, mostrando o pouco empenho das direções do movimento em organizar uma manifestação que expressasse o descontentamento das massas negras e suas reivindicações. Teve a forma de comícios, e foi palco para danças, capoeira, poesia, teatro, etc. O POR atuou com o Manifesto e com a exposição de seus materiais políticos.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Rio de Janeiro

Dia da Consciência Negra em bairro proletário, mas sob a política reformista

O ato do Dia da Consciência Negra, diferente dos demais atos que costumam ser feitos no centro da cidade, foi realizado em Madureira, um bairro proletário da Zona Norte. Apesar do caráter reformista do ato, o que já era esperado pelo desvio das direções, não foi festivo, como de costume, e também como visto em outros lugares do país. Isso se deve pela própria composição de classe da manifestação. Os atos feitos no centro do Rio de Janeiro costumam ser compostos principalmente pela pequena-burguesia. Neste, a composição social era proletária, tanto da juventude, de maioria negra, como dos demais explorados, que compareceram. No entanto, estiveram submetidos à política da Coalizão Negra, Frente Favela Brasil, PSTU, PSOL, PCB e UP. A direção da manifestação – mesmo se dirigindo aos pretos e pretas, maiores vítimas da fome, do desemprego e da violência policial –, não responderam às necessidades da maioria oprimida. Um grito contra o capitalismo foi solto no carro em um momento, mas não representou mais que uma palavra solta, sem nenhum contexto ou explicação.

Em um dos únicos atos realizados no local onde vivem operários e trabalhadores em geral, onde a população é majoritaria-

mente constituída de pretos e pretas, os partidos não se esforçaram em mobilizar sua militância. As direções, principalmente as presentes no carro de som, constituídas por deputadas, todas mulheres, deram ênfase à questão identitária e de uma suposta resistência negra, principalmente da mulher negra. Fato que, na realidade, revela um oportunismo, já que as reivindicações que de fato se colocam na defesa das mulheres pretas, como o emprego, os salários, as creches populares, o fim da dupla jornada etc., não estavam presentes.

O POR levou sua política através do Manifesto Nacional e do Boletim da Corrente Proletária. Neles, defendeu que o fim da opressão racial faz parte da luta contra o capitalismo, portanto, da luta de classes. Essa luta começa pela defesa intransigente das necessidades mais elementares do proletariado, de maioria preta. Assim, o POR colocou a necessidade das direções convocarem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos, contra a carestia de vida, contra a fome e miséria. Esse Dia de Luta será para a preparação para uma greve geral, tão necessária diante da barbárie que estamos vivendo.

Minas Gerais

Pouco empenho das direções em convocar a manifestação

O ato do dia 20 de novembro, realizado na cidade de Uberlândia/ MG, teve seu início na parte da manhã, com concentração na praça Ismene Mendes, no centro da cidade. De caráter majoritariamente culturalista e festivo, o ato foi confirmado poucos dias antes da sua realização, e não dispôs de uma ampla divulgação entre os setores da esquerda. Contou basicamente com a militância dos partidos e correntes de esquerda, além de entidades associadas à cultura negra.

O POR interveio com a distribuição do manifesto nacional, dirigido à Marcha da Consciência Negra, e explicando a alguns grupos independentes a política do partido, diante da crise econômica e sanitária.

As intervenções, no carro de som, estiveram sob a política reformista. O caráter classista evocado pelas reivindicações do povo preto não foi enfatizado. E a luta em defesa dos salários, contra as demissões e condições de vida para a maioria oprimida, praticamente, não ganhou destaque durante as falas. As centrais sindicais – representadas pela CUT e a CMP – tiveram uma presença discreta, durante grande parte do ato; porém, quando tiveram a oportunidade de falar, reforçaram a ilusão de combater o governo Bolsonaro/Mourão pela via eleitoral. O ato, portanto, se resumiu a apresentações culturais e discursos vazios.

Rio Grande do Sul

Manifestação carregada de eleitoralismo

No dia da Marcha da Consciência Negra, o POR interveio na manifestação em Porto Alegre, distribuindo o Manifesto, que criticava as festividades e o eleitoralismo, e defendia a unidade dos explorados, brancos e negros, para enfrentar as duras consequências da crise econômica, sanitária e social. E exigia que as centrais, sindicatos e movimentos convocassem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, sobre a base de uma Carta de Reinvidicações por emprego, salário, direitos trabalhistas. Setores da base do movimento, que está distante dos aparatos sindicais e parlamentares, recebeu o Manifesto e deu sinais de concordância com a posição do POR.

A concentração foi marcada para o Largo Glênio Peres, local de manifestações do movimento negro. Os organizadores demoraram para dar início ao ato. Pouco a pouco, reuniram cerca de 3.500 pessoas, muito abaixo dos atos do “Fora Bolsonaro”, mas com a presença de trabalhadores, fundamentalmente de negros.

Nas falas do carro de som, havia quase unanimidade, entre as correntes e coletivos de negros, em torno às críticas ao governo Bolsonaro, e tendo como saída o aceno às eleições de 2022. Prevaleceu o tom festivo e pró-eleição. As reivindicações dos explorados, em particular das massas negras, de emprego, salário, fim de todas as formas de discriminação, etc. serviam apenas para colorir os discursos de parlamentares e de burocratas sindicais. Tanto uma posição (com o vereador Matheus Gomes da #resistência-PSOL) quanto a outra (a vereadora Karen do Alicerce-PSOL), que divergiram se o ato seria ou não uma festa, se a Câmara de Vereadores seria ou não a “casa do povo”, se a solução era ou não o socialismo “já”, na prática, pouca diferença possuem. E pouco fazem para mudar o tom festivo e pró-eleitoral que todos os movimentos tiveram até aqui. Isso, no momento em que a Companhia de ônibus (CARRIS), após ser desestatizada, havia demitido os cobradores, e retirou o meio-passe dos estudantes, para citar apenas um exemplo.

A participação do POR serviu como meio de expressar a política do proletariado em uma manifestação, que teve como bandeira central “Fora Bolsonaro, racista”. O POR, assim, chama a vanguarda com consciência de classe a conhecer as posições revolucionárias do partido e trabalhar pela construção de oposições classistas e revolucionárias nos sindicatos e movimentos.

Boletim Nossa Classe – novembro

Política Operária

Como combater a miséria e a fome

Os politiquinhos da burguesia resolveram vestir a máscara de defensores dos pobres, miseráveis e famintos. Todos dizem que é preciso proteger milhões de famílias, que não têm o que comer. Bolsonaro e os partidos que o apoiam no Congresso Nacional substituíram o Bolsa-Família pelo Auxílio Brasil. Troca-se o nome do programa assistencial, mas o valor do Auxílio Brasil não compra nem a cesta-básica. Todo trabalhador minimamente informado sabe que esses politiquinhos se estão preparando para a corrida eleitoral. Até mesmo o ex-bolsonarista, Sérgio Moro, resolveu lançar sua pré-candidatura, dizendo que pretende diminuir a desigualdade social, e acabar com a fome.

A existência de milhões de famílias que não têm o que comer é produto do capitalismo. É produto da exploração do trabalho, dos baixos salários, do desemprego e do subemprego. Eis por que, qualquer que seja o governo da burguesia, não mudará essa trágica realidade social do Brasil. Ou a classe operária e os demais explorados lutam contra a pobreza, miséria e fome, ou essa chaga do capitalismo continuará sacrificando a maioria oprimida.

O ponto de partida dessa luta está na defesa do emprego a todos, e a imposição de um regime salarial em que nenhum trabalhador ganhe menos que o salário mínimo vital, que, segundo o



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa de revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XVII - novembro de 2021
(11) 99990 3179
nossa.classe@hotmail.com – www.pormassas.org
fb.com/massas.por – anchor.fm/por-massas

POLÍTICA OPERÁRIA

Como combater a miséria e a fome

Os politiquinhos da burguesia resolveram vestir a máscara de defensores dos pobres, miseráveis e famintos. Todos dizem que é preciso proteger milhões de famílias, que não têm o que comer. Bolsonaro e os partidos que o apoiam no Congresso Nacional substituíram o Bolsa-Família pelo Auxílio Brasil. Troca-se o nome do programa assistencial, mas o valor do Auxílio Brasil não compra nem a cesta-básica. Todo trabalhador

O ponto de partida dessa luta está na defesa do emprego a todos, e a imposição de um regime salarial em que nenhum trabalhador ganhe menos que o salário mínimo vital, que, segundo o Dieese, é de R\$R\$ 5.583,90. E que todo jovem esteja no trabalho e na escola. Os trabalhadores devem rejeitar a política que faz, dos sindicatos, instrumentos eleitorais e, assim, abandonam o programa de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Dieese, é de R\$R\$ 5.583,90. E que todo jovem esteja no trabalho e na escola. Os trabalhadores devem rejeitar a política que faz, dos sindicatos, instrumentos eleitorais e, assim, abandonam o programa de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

O Boletim Nossa Classe chama os explorados a apoiarem a campanha pela convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. Um Dia Nacional de Lutas, que apresente aos governantes e à burguesia uma Carta de Reivindicações, que exija a redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, estabilidade no emprego, recuperação das perdas salariais, aumento real nacional do valor dos salários, salário mínimo vital, e revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Esse é o caminho para os sindicatos e as centrais iniciarem imediatamente uma verdadeira luta contra a miséria e a fome.

Quatro anos de Reforma Trabalhista. O que os sindicatos devem fazer?

O Boletim Nossa Classe fez uma campanha nas fábricas, contra a aprovação da reforma trabalhista. Participou ativamente da organização da greve geral de 28 de abril de 2017. Denunciou o fato de as centrais sindicais não terem dado continuidade à greve geral, que era a única forma de derrotar o projeto de Temer, do Congresso Nacional e do patronato. Agora, passados os quatro anos, os trabalhadores sentem, na pele, a violência dessa contrarreforma, que praticamente destruiu as conquistas trabalhistas, regidas pela CLT. Eis as consequências nefastas: 1) demissões em massa; 2) avanço da terceirização; 3) diminuição do valor da força de trabalho; 4) implantação do trabalho intermitente, e contratação de autônomos; 5) perda de direitos; 6) facilitação dos acordos de lay-off, PDV, etc. No geral, os trabalhadores sofreram, com a precarização nas relações trabalhistas e com as perdas salariais.

O problema é que as direções sindicais se acomodaram à reforma trabalhista, colaboraram com o patronato para sua implantação, e se negaram a defender os antigos direitos. A classe operária e os demais trabalhadores estão diante da necessidade de recuperar o terreno perdido. Trata-se de exigir dos sindicatos a organização de uma campanha pela derrubada da reforma trabalhista.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) que os sindicatos e centrais convoquem assembleias e reuniões, para reorganizar a luta em defesa dos direitos trabalhistas e sindicais; 2) que convoquem as assembleias para aprovar um plano de lutas; 3) que iniciem imediatamente a luta pelo fim da terceirização, efetivação de todos os terceirizados; fim do trabalho intermitente; estabilidade no emprego; redução da jornada, sem reduzir os salários; recuperação das perdas salariais; restabelecimento de todos os direitos que protegem a classe operária e os demais trabalhadores.

Operários da Volkswagen denunciam que o reajuste salarial deste ano foi menor que o INPC

O Secretário Geral da FEM/CUT, Ângelo Máximo, o Max, declarou “a unidade durante o processo de negociação foi fundamental para termos uma campanha salarial vitoriosa”. Não tem como alguém acreditar nessa mentira.

Os operários da Volkswagen, os metalúrgicos do ABC, que vão ao mercado, e conhecem o quanto aumentou o preço dos alimentos e serviços, devem perguntar-se: para quem foi vitoriosa a campanha salarial? Segundo a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o óleo de soja aumentou, em média, 91,88%, em 12 meses. O arroz subiu 63,22%. A carne, 31%. A energia elétrica, 24,9%. O aumento de preços é geral.

A direção do sindicato começou a campanha salarial, dizendo que estavam reivindicando a reposição da inflação, mais

aumento real. Terminou aceitando a proposta dos patrões, de reajuste da inflação oficial, de 10,42%, do período, sem fazer nenhuma luta.

O relato enviado por um operário da Volks ao Nossa Classe informa que, pelo acordo feito entre a empresa e o sindicato, que define o reajuste salarial até 2025, o reajuste salarial que tiveram, em março deste ano, e o que terão em março de 2022, será muito menor que o INPC acumulado do período. Está claro que não existe nenhuma vitória. Ao contrário. A direção sindical aceitou a proposta oferecida pelos patrões. Dividiu os metalúrgicos em vários grupos. Negociou em separado com cada grupo. A direção traidora fez tudo para impedir que os operários se unificassem e se organizassem para uma greve, caso os patrões se

negassem a aceitar as reivindicações.

O Boletim Nossa Classe considera necessário defender e organizar as campanhas salariais unificadas, com pauta única de reivindicações, e plano de luta unificado de todos os metalúrgicos do ABC. Colocar fim à divisão dos metalúrgicos em grupos e

à negociação por fábricas. Defender a reposição real da inflação, mais aumento real de salários. Defender um salário mínimo, vital e móvel, um piso salarial que seja suficiente para manter as necessidades dos operários e suas famílias, com reajuste automático de acordo com o aumento dos preços.

Pontos programáticos para formar as oposições sindicais classistas.

O Boletim Nossa Classe defende, diante da burocratização dos sindicatos e da política de conciliação de classes, que os operários discutam a formação de oposições sindicais. Eis alguns pontos:

1) Recuperar a independência organizativa e a capacidade de luta do sindicato; 2) Restabelecer a democracia no funcionamento do sindicato, nas organizações de fábrica e nas assembleias; 3) Promover a unidade na luta coletiva, sem eliminar o direito de divergência, que deve ser expressa nas assembleias, nas publicações, bem como na garantia da soberania das decisões por maioria; 4) Emancipar o sindicato e as decisões das assembleias da arbitragem da Justiça do Trabalho, que é burguesa, que serve para punir o sindicato com pesadas multas, acabar com o direito de greve, e proteger os interesses dos patrões; 5) Recuperar a campanha salarial baseada nas decisões da assembleia geral, na organização de comitês de base fabril e interfábrica, e na eleição de um comando geral de campanha; 6) Rever a democracia nas eleições sindicais, voltar às eleições diretas por chapa, garantir a

livre formação de oposição, e constituir verdadeiras comissões de fábrica, baseadas na soberania das assembleias; 7) Comprometer-se com a defesa dos empregos, salários e direitos, recusando as medidas de “flexibilização capitalista do trabalho”, e defendendo a “flexibilização operária do trabalho” (redução da jornada sem reduzir salários); 8) Trabalhar pela elevação da consciência classista do conjunto dos trabalhadores, do espírito de união e solidariedade; 9) Fortalecer o movimento operário nacional, participando das manifestações, apoiando ativamente as greves, e lutando contra o fechamento de fábricas, em qualquer parte da cadeia produtiva; 10) Reconhecer que a classe operária é mundial, apesar de estar dividida em países, lutando pelo fortalecimento do movimento operário internacional, apoiando-o, por meio de campanhas, greves, ocupações de fábrica, e manifestações e bloqueios, que estejam a favor dos interesses gerais da classe operária; 12) Lutar pela emancipação de todos os trabalhadores da exploração e escravização capitalista, pondo fim à exploração do homem pelo homem.

Boletim Nossa Classe – Pernambuco – 18 de novembro

O Boletim fez o chamado “Todos à marcha da Consciência Negra, 20 de novembro, 14h, no Pátio do Carmo”. Denunciou que os ataques dos governos e patrões, que recaem com maior brutalidade sobre as massas negras. Denunciou a burguesia, por aproveitar a discriminação para pagar salários menores, e explorar mais os trabalhadores negros. Alertou que, mesmo substituindo o governo do racista Bolsonaro por um antirracista, não será possível “arrancar a raiz da opressão racial, que está na sociedade de classes e na propriedade privada dos meios de produção”. Conclui que “a melhor maneira de honrar a memória de Zumbi dos Palmares é erguer a luta em defesa das reivindicações das massas, com seus próprios métodos de luta”. “Contra toda discriminação. Que seja convocado um verdadeiro dia nacional de lutas com greves, paralisações e bloqueios. Que esse dia seja parte da construção da greve geral.”

O segundo texto, “Auxílio Brasil: Caça aos votos às custas da miséria e a fome do povo”, analisa que “A CPI da Covid acabou sem que a via de impeachment de Bolsonaro fosse impulsionada. Os partidos burgueses se movimentam em torno das eleições de 2022. As direções sindicais traidoras desmarcaram o ato nacional de 15 de novembro, e canalizam as lutas para as ilusões eleitorais. Enquanto isso, as massas sofrem com o desemprego, miséria e fome”. O Boletim faz o balanço da Reforma Trabalhista, que favoreceu a precariedade e as demissões. E conclui: “Não há enfrentamento sério à miséria e à fome, se não se coloca em primeiro plano a luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. O Boletim Nossa Classe alerta a classe operária que não é possível reformar o capitalismo. A pobreza, miséria e fome são estruturais. Só serão eliminadas quando a classe operária derubar a burguesia do poder, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e avançar a transição

do capitalismo ao socialismo.”

O terceiro texto trata do fechamento das fábricas e da necessidade de “Jamais abrir mão da luta pelos empregos, salários e direitos”. Apresenta o panorama nacional, e também a preparação do fechamento da Kibon. Diz: “Individualmente, os operários não têm força para enfrentar o ataque patronal. Sua força é coletiva, de classe. Só pode ser mostrada quando se usa o método da ação direta, das greves, ocupações, bloqueios de rodovia e marchas”. Critica os sindicatos e centrais por “não organizarem um grande movimento, em defesa dos empregos e contra o fechamento de fábricas”.

Por fim, o último texto trata da atuação da direção do sindicato dos rodoviários (PSOL) diante da dupla função, demissões e superexploração. Afirma que muitos rodoviários cobram do sindicato o retorno da luta, “mas a direção (PSOL/Resistência) insiste em atuar em torno de ‘tendas de benefícios’, oferecendo serviços, e fazendo denúncias que servem apenas para a propaganda ‘Sindicato Trabalhando’, enquanto a patronal se sente à vontade para demitir e fazer o que quiser com a categoria, a exemplo da Vera Cruz, que demitiu trabalhadores dentro do período de estabilidade, e não paga nem adicional para os que estão trabalhando por dois.”

(...) “O Boletim Nossa Classe defende que a gestão “o Guará” cumpra as promessas de eleição da chapa, e organize a luta contra a dupla função. Que convoquem as assembleias nas garagens e na sede. Que a base construa um comando de mobilização, para coletivamente construir as paralisações de toda a categoria. Que as centrais (CUT, CTB, UGT, CSP-Conlutas) parem de assistir à implementação da dupla função de braços cruzados – que convoquem plenárias unificadas com outras categorias em defesa dos empregos”.

Rio Grande do Norte

Boletim Nossa Classe- novembro

O Boletim Nossa Classe RN denuncia as condições de trabalho na Guararapes, com trabalho aos sábados, feriados e 1 hora a mais, todos os dias, além de metas abusivas, sobrecarga de tarefas, e desvios de função. Demonstra que a empresa se aproveita dos baixos salários e das condições precárias de trabalho, para fazer os operários trabalharem mais, estabelecendo metas abusivas, em troca de “recompensas”. Diz que, mesmo essas recompensas, como o caso dos cupons de compra de 50 reais, serão apenas para uma minoria de operários, mediante sorteio. Denuncia que a empresa condiciona o início das férias, no dia 23 de dezembro, ao cumprimento das metas. As metas abusivas, na realidade, servem para fazer com que os operários se sintam culpados, ou culpem seus colegas pelo não cumprimento da meta.

O Boletim denuncia também desvios de função. A fábrica tem forçado as costureiras a exercerem outras funções, para compensar a demissão de engomadores, revisadores e auxiliares de produção.

O Nossa Classe critica a direção do sindicato (SINDCONFECÇÕES) por não organizar a luta, por não chamar uma assembleia na porta da fábrica para deliberar um plano de lutas. Por fim, defende as reivindicações: 1) Fim do trabalho aos sábados e 1 hora a mais na semana; 2) Pagamento imediato dos sábados e horas extras já trabalhados; 3) Fim do banco de horas; 4) Aumento salarial; 5) Fim das metas abusivas e dos desvios de função; 6) Readmissão imediata dos demitidos na Pandemia, e contratação de mais trabalhadores; 7) Estabilidade no emprego!

Consta também do Boletim uma campanha de solidariedade aos operários da construtora Tenda, em Fortaleza/CE, que entraram em greve, em defesa do pagamento dos seus salários atrasados, e a empresa arbitrariamente os demitiu.

Por fim, o Nossa Classe denuncia a manobra eleitoreira do governo Bolsonaro de acabar com o Bolsa Família e substituí-lo pelo “Auxílio Brasil”, que já tem prazo para acabar: dezembro de 2022.

Pernambuco

Boletim O Proletário - novembro, nº 2

O Boletim foi feito para ser distribuído na marcha contra a fome, que foi marcada na véspera pelo MTST-PE, e acabou sendo desmarcada após o falecimento de um morador da ocupação Carolina de Jesus, de onde partiria a marcha. Apesar do acontecimento trágico, a militância do POR manteve a panfletagem nos arredores da Estação do Barro, no Recife. Denuncia o aumento da miséria e fome, e a alta do custo de vida. Diz: “O auxílio emergencial mal serviu para aliviar a situação, e foi sendo reduzido. Bolsonaro, agora, trocou o Bolsa Família por um ‘auxílio’, para ganhar votos às custas da miséria do povo”. (...) “Mais gente passa a morar nas ruas, crescem as ocupações, e engrossam as fileiras dos movimentos por moradia”.

O Boletim explica que “O combate à miséria e fome não pode ser separado da luta pelos empregos, salários e direitos. Com a Pandemia, os sindicatos e centrais sindicais fecharam suas portas, e passaram a substituir as formas presenciais de luta por meios virtuais. Como resultado, os trabalhadores tiveram de enfrentar, ao mesmo tempo, o vírus e o ataque dos patrões e governos. Muitas lutas ocor-

reram: atos de rua, inspirados pelos levantes antirracistas (no Recife, com atos exigindo justiça por Miguel), protestos de moradores contra a violência policial, manifestações de trabalhadores da Saúde e Educação, greve dos Correios, e importantes greves operárias. As lutas contra o fechamento da Ford, LG, demissões na Renault, e por aumento salarial real na GM ficaram isoladas, e acabaram sendo traídas ou derrotadas. Na RMR, a luta contra a demissão dos cobradores foi desviada para a justiça e o parlamento, o que só favoreceu os patrões. E faz o chamado a “Mudar os métodos, tática e estratégia das manifestações de rua.” Depois de analisar a conjuntura de retomada das lutas de ruas, mas a reboque da CPI, mostra o definimento da campanha pelo impeachment e frente ampla, e o direcionamento para as eleições de 2022. “Basta de seguir as disputas interburguesas. Os problemas das massas não serão resolvidos pelas eleições, que só conseguem trocar um governo burguês por outro. É preciso retomar o método da ação direta coletiva, com greves, piquetes, bloqueios de avenidas e rodovias. Aplicar a tática de frente úni-

ca. Convocar as assembleias presenciais e democráticas nos locais de trabalho, estudo e moradia. E ter uma estratégia de poder própria, o governo operário e camponês”.

Por fim, O Proletário defende a luta em torno das seguintes reivindicações:

Abaixo toda discriminação e diferenciação social entre brancos e negros. Tribunais populares, para julgar e punir os crimes da burguesia contra a economia nacional e a vida dos explorados. Em defesa dos empregos para todos (...). Pelo Salário Mínimo Vital (...). Reajuste automático dos salários e benefícios, conforme a inflação. Contra o aumento abusivo das tarifas de transporte, luz, água da gasolina e do preço dos alimentos. Por educação e trabalho para toda a juventude, com jornada compatível com os estudos, e salário de acordo com suas necessidades. Contra as privatizações (Correios, Metrô, CHESF...), que entregam as estatais para os capitalistas, e levam à alta das tarifas. Lutar para derrubar a Reforma Trabalhista e da Previdência, e impedir a Reforma Administrativa, que vai destruir ainda mais os serviços públicos, como Saúde, Educação e Previdência.

São Paulo

Avaliação da Corrente Proletária da reunião do Conselho de Representantes e Assembleia, ocorridos no dia 12 de novembro

A nota traz como título: Rejeitar a política da direção da Apeoesp. Responder aos ataques dos governos com os métodos dos explorados. Eis:

Depois de 18 meses, a direção da Apeoesp convocou um Conselho de Representantes presencial. E realizou a segunda assembleia, a primeira, no dia 19 de outubro, e a segunda, 12 de novembro. Durante a Pandemia, o sindicato ficou fechado, e as reuniões foram virtuais. O mesmo ocorreu com as subseções, que incluem as dirigidas por setores da oposição.

Aproveitando a Pandemia, Doria expandiu o PEI por todo o estado, implantou o “novo ensino médio”, a Ejatec e outros projetos, que visam à ampliação das parcerias público-privadas, a inclusão do ensino a distância na carga curricular, e o avanço da terceirização de serviços nas unidades escolares. Valeu-se, também, da PEC do teto para congelar os salários do funcionalismo. E do PLC 26, para cortar antigas conquistas dos servidores.

Mesmo com todos esses ataques, a primeira reunião presencial do CR só aconteceu em 12 de novembro. Diferentemente do que se imaginava, a direção utilizou a reunião para fazer um balanço de sua política, tida como exitosa, sem ter de enfrentar as avaliações negativas por parte de boa parte das correntes oposicionistas. Prevaleceu a concordância geral com a política da direção do sindicato, tanto em relação ao isolamento social, quanto aos meios de responder à ofensiva do governador. Assim, pôde apresentar um calendário de atos, que iniciava com a manifestação de 20 de novembro (Dia da Consciência Nega), sob a bandeira “Fora Bolsonaro racista”; em 25 de novembro, contra o sucateamento do IAMSP, duramente atingido pelas demissões e avanço da terceirização; o Encontro de Mulheres, em 4 de dezembro; a Conferência do Fórum Estadual de Educação, 3 e 4 de dezembro; finalizando com o anúncio do Congresso da CNTE, entre 12 a 15 de janeiro. Como se vê, trata-se de uma lista de atividades corporativas, sem nenhum propósito de servir para impulsionar uma luta nacional contra as medidas governamentais, e em defesa das reivindicações dos trabalhadores.

A Corrente Proletária interveio mostrando que a política da direção do sindicato trouxe consequências penosas aos professores. A submissão do sindicato à política burguesa do isolamento social de Doria, o fracasso da “greve sanitária”, aceitação do ensino remoto (ensino a distância), a rejeição de uma luta estadual contra a expansão dos projetos privatizantes do governador, a subordinação do descontentamento da base frente ao PLC 26 à bandeira de “se votar não volta” (chamada de pressão parlamentar), entre outras, atestam os graves erros de uma política sindical corporativa, parlamentar e agarrada no poder do judiciário como árbitro dos problemas educacionais e funcionais. Defendeu que se aprovassem as seguintes propostas: 1) Que as Centrais e sindicatos convocassem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, com paralisações e bloqueios. Que esse dia fosse o ponto de partida para

preparação da greve geral; 2) Que o governo Doria atendesse a reivindicação que unifica os trabalhadores da Educação, ativos e aposentados, que é o reajuste imediato dos salários. Bônus não é salário; 3) Que nenhum professor, funcionário e aposentado tivesse o salário-base inferior ao salário mínimo do Dieese, hoje de R\$ 5.886,50; 4) Que o governo abrisse todas as salas de aula fechadas, e implantasse a reivindicação de, no máximo, 25 alunos por sala; 5) Que aprovasse uma verdadeira campanha contra a reforma administrativa e previdenciária, de Bolsonaro, Doria e Nunes; 6) Que a assembleia aprovasse uma Carta, a ser entregue à governadora petista e professora, Fátima Bezerra, RN, contra a perseguição política e pelo retorno da professora Mônica Moraes à sua escola. No entanto, a mesa não encaminhou a votação como se fossem duas propostas opostas: a do calendário da direção e a da Corrente Proletária. Abriu-se uma discussão em relação à Carta à governadora do RN e à proposta do PSTU, de ajuda de custo a uma professora demitida por perseguição política, como se fossem a mesma coisa. Assim, acabou sendo empurrada para uma comissão, sem sequer indicar quem faria parte dessa comissão. Por outro lado, a Corrente Proletária não conseguiu desfazer a confusão e, assim, foi aprovado o calendário de atos da burocracia.

Como era esperado, depois de uma escalada de derrotas, os professores não paralisaram as escolas, e não compareceram à assembleia, que contou apenas com a vanguarda. A direção encaminhou como se fosse um ato, abriu a palavra para as correntes, e concluiu com as decisões do CR. Boa parte da oposição interveio, defendendo o ato “Fora Bolsonaro racista”, prevalecendo os discursos eleitoreiros, a exemplo do PCO, com a sua bandeira “Lula presidente”. O PSTU defendeu a construção da greve, mas sem dizer os meios para alcançá-la. A Corrente Proletária interveio, reafirmando suas propostas, defendidas no CR. Como era um ato, nada foi votado. A direção encerrou o ato, conclamando por uma atribuição de aula “justa” e “transparente”. Portanto, sequer foi apontada uma nova assembleia antes do término do ano letivo.

O que aconteceu no CR e na assembleia da Apeoesp tem de ser combatido. Isso porque favorece a política privatizante do PSDB no estado, que continua de mãos livres para expandir o PEI, impor o ensino a distância, fechar salas de aula, manter o arrocho salarial, e eliminar direitos antigos dos professores. Esse combate implica a organização de uma oposição verdadeiramente classista e de luta, capaz de responder aos problemas gerais dos trabalhadores, dos quais os professores fazem parte, com os métodos próprios dos explorados. A Corrente Proletária trabalha nesse sentido, teórica e praticamente, nas escolas e nos movimentos, em defesa das reivindicações que unificam os trabalhadores, rechaçando as contrarreformas dos governantes, e em defesa de um sistema único de ensino, público, laico e voltado à produção social. E chama os trabalhadores da Educação a participarem do fortalecimento da Corrente Proletária.

São Paulo - Boletim Corrente Proletária – Saúde

Participação no ato em defesa da IAMSPE

No dia 25 de novembro, ocorreu uma manifestação em frente ao prédio administrativo do IAMSPE. Estavam presentes, representantes das entidades do funcionalismo, os deputados Maria Isabel/PT e Carlos Gianazzi/PSOL, e alguns funcionários do IAMSPE. Outros trabalhadores ficaram nas portas do Hospital, e não se juntaram com os demais manifestantes. Assim, o ato esteve muito aquém do tamanho do desmonte que vem fazendo o governo Doria/PSDB.

Foram inúmeras as denúncias da precarização das condições de trabalho, da demissão de 169 trabalhadores, somente

neste ano, das terceirizações no Pronto Socorro e enfermagem, do desmonte da cardiologia, etc. O que mostra o avançado grau de privatização do Hospital do Servidor Público. Não foi ainda totalmente, porque o governo precisa fazer mudanças no caráter do hospital, para isso editou o PL 770/21, que transforma o Hospital do Servidor em uma fundação. Diante desse PL, os parlamentares do PT e PSOL se colocaram por rejeitar o PL dorida.

A manifestação aprovou uma caminhada em torno ao Hospital. Durante a caminhada, as entidades lançaram a palavra de ordem: “Fora Doria, IAMSPE é nosso!

Os militantes da Corrente Proletária distribuíram o Boletim, e puderam ver o tamanho do descontentamento com a terceirização. E também em relação à política das direções sindicais, principalmente em 2020, quando se submeteram à bandeira de Doria do “fique em casa”, deixando os trabalhadores sozinhos, diante da avassaladora Pandemia. Mas, não há ainda um agrupamento classista, capaz de canalizar esse descontentamento para as posições classistas, de unidade com os demais servidores e de luta massiva nas ruas. Constituir esse agrupamento, é uma tarefa urgente.

Publicamos abaixo o Boletim

Em defesa do Hospital do Servidor Público Estadual - IAMSPE

Que Doria atenda as reivindicações dos trabalhadores do hospital! Que as centrais e sindicatos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!

Há muito, vêm piorando as condições de trabalho e de atendimento no Hospital do Servidor Público Estadual, que, no passado, era tido como referência entre os hospitais da capital. A precarização no atendimento, tanto no hospital da capital, como as redes credenciadas na Grande São Paulo, nas cidades do interior e CEAMAS, vem piorando muito, nesses dois últimos anos, particularmente durante a Pandemia. Muitos aposentados deixaram de ser atendidos, apesar dos descontos nos salários, mas o repasse não chega até o IAMSPE. A rede credenciada, em várias cidades, deixou de atender os usuários do IAMSPE, por falta de pagamento do governo do estado. As empresas prestadoras de serviço demoram nas marcações de consultas e exames. Além desses problemas, faltam funcionários, equipes médicas e de enfermagem e especialistas.

A situação se agravou, com o avanço da terceirização. O governo Doria/PSDB impõe a terceirização para cortar gastos com a Saúde pública, reduzindo sua responsabilidade na contratação de funcionários, na manutenção dos laboratórios, e no fortalecimento de equipes especializadas, médicas e enfermagem. A terceirização é o mecanismo para impor a privatização completa do hospital público. Assim, no interior do hospital, criou-se uma diferenciação, entre funcionários efetivos e funcionários contratados (terceirizados). Para a mesma função, os salários são diferentes. Denúncias de servidores efetivos apontam que os valores dos plantões são diferenciados. Como se vê, a precarização do hospital público e a terceirização fazem parte da política do governo, que é a de reduzir, ao máximo, a responsabilidade do estado com a sustentação da Saúde pública, e avançar na privatização.

Por outro lado, os servidores públicos, em particular o enorme contingente de trabalhadores da Educação, têm, em seus holerites, um alto desconto para o IAMSPE. No entanto, parte é excluída do direito de usar o hospital, como é o caso dos aposentados; milhares de professores contratados (categoria O) sequer têm esse direito; outros milhares de professores efetivos não têm como utilizar, porque moram e trabalham fora da capital e dos

locais de atendimento do hospital.

Enquanto Doria comparecia como o defensor da “Vida”, durante toda a Pandemia, o Hospital do Servidor Público enfrentava as piores condições para atendimento das vítimas da Covid-19 e de outras enfermidades. Não por acaso, não faltaram denúncias dos funcionários das dificuldades, quase sobre-humanas, para acolher os doentes, que incluem as estafantes jornadas, os baixos salários, e a precarização das condições de trabalho.

A Corrente Proletária faz um firme combate em defesa do IAMSPE. Denuncia a política de Doria de, cada vez mais, arrancar esse direito dos servidores públicos. Rechaça a terceirização, e defende que o governo contrate todos os terceirizados, com os mesmos direitos dos efetivos. Exige a contratação imediata de funcionários. Que atenda urgentemente as reivindicações dos trabalhadores do hospital do servidor. E que expanda o atendimento para todas as cidades do estado, para que todo o servidor público tenha esse direito garantido, não mais precisando recorrer à capital para consultas, tratamentos e cirurgias.

A Corrente Proletária também defende que as contribuições e a gestão do Hospital do Servidor Público estejam sob o controle de quem trabalha e utiliza os serviços. Chega de deixar nas mãos do governo essa fábula de arrecadação, e ter em troca um hospital precarizado e semiprivatizado.

Para defender essas reivindicações, é preciso a unidade de funcionários efetivos e terceirizados. E, fundamentalmente, da luta conjunta com outros setores do funcionalismo, que também enfrentam o congelamento salarial, a terceirização e a destruição de antigos direitos. O método para enfrentar o governo privatizante é a ação coletiva e direta, por meio de manifestações massivas, greves e bloqueios. Daí a rejeição aos métodos parlamentares e eleitorais. O atendimento das reivindicações não virá com a troca de um governo burguês por outro governo burguês, virá da luta de classes. Nesse sentido, a Corrente Proletária defende que as direções das centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como preparação para a greve geral.

São Paulo

Luta contra o fechamento da EJA e do período noturno

Durante a Pandemia, Doria e Rossieli impuseram as PEIs em centenas de escolas, o EJATEC e o “novo Ensino Médio”. Trata-se de uma ofensiva que visa a reduzir a responsabilidade do estado com o financiamento da Educação, ampliar a terceirização e privatização, e avançar no ensino a distância. As consequências são violentas, em particular nos bairros pobres. Isso porque o fechamento de salas e a eliminação do curso noturno atingem diretamente o aluno-trabalhador. E também os trabalhadores da Educação, que perdem o emprego ou são obrigados a trabalhar em várias escolas, para compor a jornada de trabalho.

Agora, com o retorno às aulas presenciais, boa parte dos pais, alunos e professores se depararam com o problema do fechamento de salas, e com a transferência para outras escolas, geralmente distantes da moradia. Assim, vêm ocorrendo manifestações nos bairros e nas diretorias de ensino. O fato de não contar com uma poderosa campanha de rua por parte dos sindicatos da Educação, faz com que as manifestações estejam isoladas. O que tem favorecido a política de Doria. As diretorias de ensino, como são executoras dessa política, cumprem a decisão de fechamento de salas, ignorando as decisões dos Conselhos de Escolas, que rejeitaram as PEIs e a extinção da EJA.

A Corrente Proletária vem organizando as escolas da região de São Mateus, denunciando nos bairros, e promovendo as manifestações nas diretorias de ensino. Assim, foi constituída uma comissão com representantes de escolas, que entregou, na diretoria, as inscrições de alunos para o 1º termo da EJA, juntamente com um abaixo-assinado pela manutenção da EJA nas escolas. A tática da dirigente de ensino é apenas protocolar o pedido, e avançar na transferência de alunos para as escolas polo. Em seguida, responde o pedido, que não há demanda pela manutenção da EJA. Depois de muita insistência, ocorreu uma reunião com supervisores, que, como era esperado, usaram os mesmos argumentos mentirosos, de que não há demanda suficiente para formar salas com 40 alunos. A comissão desmentiu todas as manobras, mas nada foi decidido.

A Corrente Proletária vem insistindo que essa luta não é por escola, nem por região, mas sim estadual. No entanto, a direção da Apeoesp se vem limitando a denunciar a política de Doria contra a escola pública. Nada de concreto foi aprovado na última reunião do CR e na assembleia de 12 de novembro. Está aí por que é preciso que os trabalhadores da Educação mais conscientes venham fortalecer a Corrente Proletária, para que as reivindicações e o programa de luta dos explorados se materializem em força coletiva contra os governos, que vêm impondo os projetos privatistas na Educação.

São Paulo

Defesa do POR na “Marcha Panela Vazia”, em Heliópolis



Realizada no dia 24 de novembro, a Marcha Panela Vazia reuniu cerca de 700 pessoas, que marcharam contra a fome e a miséria pelas ruas da favela. Contou com a participação das principais associações de moradores, como a UNAS e a Associação Nova Heliópolis, coletivos LGBT, Central dos Movimentos Populares (CMP), Levante Popular da Juventude, UP e POR. Embora esteja por trás da organização do movimento, o PT não compareceu de forma organizada, esteve presente por meio de lideranças do bairro e da presidente da Apeoesp, professora Bebel.

A Marcha evidenciou uma profunda crise de direção, ao demonstrar o desvio do instinto de revolta das massas para o âmbito religioso e para o parlamento, por meio da política do “Fora Bolsonaro e impeachment”, que visa tão somente a substituir um governo burguês por outro, como se algum deles pudesse acabar com a fome e a miséria. Em contraposição, o POR interveio por meio do Boletim Nossa Classe, de Novembro, no qual consta a matéria ‘Como combater a miséria e a fome’.

A Marcha também marcou o retorno das manifestações de rua em Heliópolis, paralisadas há dois anos – uma tragédia, pois, nesse período de paralisia, a população foi duramente atacada. Lembramos que, em junho deste ano, quando a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio chamou um ato contra o assassinato de um jovem, evitando construí-la junto com a UNAS, a manifestação não ocorreu. Na mesma época, foi fechada a balada Helipa Lounge, sob a justificativa de desrespeito aos protocolos sanitários, ou seja, usando a hipocrisia do “isolamento social”, que nunca ocorreu na favela, quando, na verdade, era parte da repressão policial na favela, que se intensificava, como denunciávamos no Massas 641.

É certo que, diante do aumento da miséria, as massas populares recorrem aos seus métodos próprios de luta, para impor suas reivindicações. A pobreza e a miséria se agigantaram. A carestia de vida se tem intensificado, dia após dia. Não é à toa que centenas de moradores demonstraram apoio à causa. Ocorre que uma manifestação não é suficiente para reverter esse quadro. É preciso dar continuidade da luta nas ruas, não deixar o movimento arrefecer. É preciso que as centrais, sindicatos e movimentos sociais convoquem esse Dia Nacional de Lutas, com bloqueios e paralisação, unificando a luta classista, como preparação de uma greve geral, em defesa dos empregos, salários, direitos e contra a fome e miséria.

São Paulo - USP

Proposta da Corrente Proletária Estudantil – USP aos estudantes da moradia

É preciso que a Amorcrusp convoque uma assembleia presencial, para organizar novas eleições na associação, prestar contas e retomar a luta em defesa do controle estudantil sobre a reforma do CRUSP.

A atual direção da Amorcrusp, Tiê Sangue, foi eleita a partir de um processo iniciado com o questionamento de seus membros sobre a legitimidade da chapa anterior, alegando que esta não possuía o número mínimo de integrantes para tomar posse. A partir deste argumento, em uma assembleia em maio de 2019, foi proposta a impugnação, que, na prática, significou um golpe de integrantes da Tiê Sangue e seus aliados à Amorcrusp. Contraditoriamente, a Tiê Sangue segue enquanto direção da entidade, sem possuir o número mínimo de integrantes na gestão.

Desde que essa direção assumiu, não foram organizadas novas eleições, a convocação de assembleias tem sido ultralimitada, não se sabe que fim tiveram os recursos da associação e, mesmo diante de um ataque de grandes proporções da reitoria sobre a moradia estudantil – com o fechamento do bloco D sem a concessão de vagas adicionais de moradia – a direção da associação segue ausente, sem qualquer pronunciamento e chamado, para que os estudantes se organizem e defendam o controle estudantil da moradia.

Quando a Pandemia passou a atingir o país, ainda em março de 2020, e a USP adotou as aulas remotas, os moradores do CRUSP se viram completamente abandonados. O passe livre foi cortado. O acesso à internet se manteve ultralimitado. Marmitas passaram a ser entregues em condições insalubres. Casos de Covid-19 passaram a ser notificados dentro do CRUSP, sem que a universidade tomasse quaisquer medidas necessárias para conter o contágio. Isso tudo foi somado aos graves problemas pré-existentes.

Mesmo diante dessa situação, a direção Tiê Sangue manteve sua política criminoso de omissão. Recusou-se a convocar assembleias para organizar a luta dos moradores por condições mínimas de

subsistência, procurou difamar moradores que estavam denunciando a direção, e manteve o uso dos recursos da associação sem prestar contas à assembleia.

improvisos, cuja política tem sido de subordinação do movimento à via jurídica.

A experiência dos últimos dois anos e meio permite demonstrar que o fator

A experiência dos últimos dois anos e meio permite demonstrar que o fator central no processo e burocratização da Amorcrusp foi a ruptura com a democracia direta, cuja expressão máxima é a assembleia de moradores. A Amorcrusp deve ter como único propósito servir de instrumento de organização dos moradores em luta por suas reivindicações.

Já em 2021, a partir da base da polícia militar recém-reformada no campus, vivenciamos incursões sobre o CRUSP, que chegaram ao ponto de revistar e deter moradores. A reitoria anunciou parceria com empresas privadas, para fornecer bolsas de auxílio moradia, ao passo que interdita todo o bloco D, sob o pretexto de reforma, sem antes garantir vagas adicionais de moradia, além de avançar com a instalação de câmeras por todo o CRUSP, e com o controle de acesso aos blocos, ampliando o cerco sobre os moradores irregulares. Contudo, mesmo com direito à moradia estudantil pública e gratuita tão ameaçado, a Tiê Sangue segue calada, tendo entregue a direção do movimento de moradores a um comitê, formado de

central no processo e burocratização da Amorcrusp foi a ruptura com a democracia direta, cuja expressão máxima é a assembleia de moradores. A Amorcrusp deve ter como único propósito servir de instrumento de organização dos moradores em luta por suas reivindicações. Os recursos da entidade devem pertencer única e exclusivamente aos moradores e a mais ninguém, de modo que seu uso esteja subordinado às decisões em assembleia. É de extrema necessidade o estabelecimento de uma campanha pela convocação de uma assembleia presencial da Amorcrusp, para organizar novas eleições na associação, prestar contas e retomar a luta em defesa do controle estudantil sobre a reforma do CRUSP.

São Paulo

Autoritarismo na escola

No jornal Massas anterior, o POR denunciou a conduta da diretora da Escola Jardim Silvia II, que eliminou o projeto de leitura aos estudantes, coordenado por um funcionário. No dia 24 de novembro, depois de ter assinado o documento do oficial da justiça, se comprometendo à continuidade do projeto, chamou a polícia para o funcionário, e depois correu para a diretoria de ensino. Usou a polícia para amedrontar o funcionário, que está à frente dessa luta contra a extinção do projeto.

Como se vê, o que ocorre nessa escola faz parte de uma ofensiva geral dos porta-vozes da “Escola sem Partido”. Trata-se de uma investida contra professores, funcionários e estudantes, que defendem a liberdade de cátedra, o direito de livre expressão e as liberdades democráticas. O que ocorre nessa escola em Caieiras (SP) se soma à perseguição política que sofre a professora Mônica Moraes (RN), que foi transferida compulsoriamente, e várias outras ações autoritárias de direções de escolas. Cabe às direções sindicais, estudantis e políticas organizarem os trabalhadores e estudantes para pôr abaixo a “Escola sem Partido”, e todas as manifestações autoritárias e obscurantistas levadas à cabo por Bolsonaro e seus porta-vozes na Educação.

Rondônia**Atuação do POR no Congresso dos Servidores Públicos Federais**

Nos dias 17, 18 e 19 de novembro, ocorreu, em Porto Velho, o XVIII Congresso dos servidores públicos Federais – CONTRASEF, sob a bandeira “Tirem as mãos dos nossos direitos”. Componentes da diretoria do Sindsef se deslocaram da sede, realizaram assembleias presenciais nas 20 regionais da entidade, e retiraram delegados. No entanto, a divulgação foi tímida, apenas na página da entidade, e sequer na assembleia alertaram a base para a elaboração de teses políticas.

Foi um Congresso distracionista, festivo e eleitoreiro, com presença de parlamentares bolsonaristas, que compareceram apenas para afirmar a impossibilidade de reconquistar os direitos e, ao mesmo tempo, tentar enganar a base das pretensas “boas intenções” de todos os parlamentares no Congresso Nacional.

O local onde ocorreu o Congresso, por si só, indicava que não seria para a organização dos servidores para a luta. Trava-se de um hotel na zona central da cidade, onde também se hospeda um contingente da “Força Nacional”, que se encontra no estado através de um acordo entre o governo Marcos Rocha e o presidente Bolsonaro, para reforçar a operação militar contra os lutadores da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e aqueles que os defendem, e que já assassinou 5 camponeses. Está aí por que o POR rechaçou a realização de um Congresso de trabalhadores ocorrer no mesmo local onde estão abrigados os assassinos de camponeses.

Lembramos que o Sindsef é uma entidade que tem como base os servidores públicos federais, dentre eles, os servidores do antigo Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), que foi desmantelado pelo governo Temer, em maio

de 2016, levando-o para a Casa Civil, juntamente com 5 secretarias que atendem o setor. A ação de Temer se consolida com a ação de Bolsonaro quando, em 2019, transfere a autarquia para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portanto, servidores que sofreram as consequências da política bolsonarista. A situação foi mais grave, porque os organizadores do Congresso convidaram a parlamentar, Jaqueline Cassol, pertencente a uma família de latifundiários do estado, e que faz parte da bancada ruralista no Congresso Nacional, além de apresentarem vídeos com falas de Marcos Rogério, porta-voz de Bolsonaro no estado.

A Corrente Proletária da Educação/POR, dada a impossibilidade de inscrição de tese e participação em mesas de debates, atuou com intervenções nas plenárias e divulgação de uma Carta-Tese, dirigida aos trabalhadores e delegados do XVIII CONTRASEF. Nela, trouxe a defesa das reivindicações que unificam os trabalhadores em geral, que incluem os servidores, como os empregos, salários, direitos trabalhistas e fim das contrarreformas – trabalhista e previdenciária. Ressaltou a importância de organizar as assembleias presenciais de cada setor de servidores, objetivando a greve nacional, para pôr abaixo a PEC 32 (reforma administrativa) e o congelamento salarial. Defendeu, também, que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como ponto de partida para a greve geral pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. A intervenção do POR concluiu afirmando a importância de as direções sindicais abandonarem a política dos Congressos festivos e distracionistas, e convocarem verdadeiros congressos de preparação para a luta.

Rio de Janeiro**Boletim da Corrente Proletária, novembro**

O Boletim trouxe três partes:

1) avaliação da Campanha Fora Bolsonaro e a tarefa da vanguarda classista e consciente. Explica que a luta dos partidos reformistas e centristas pelo impeachment se vem transformando em campanha eleitoral de 2022. Mostra que, como num passe de mágica, os que diziam que o impeachment era a única saída, passam agora a dizer que Lula é a única saída. E que a tarefa da vanguarda é revelar as causas do fracasso dessa política, que culminou com o cancelamento da manifestação de 15 de novembro. Para isso, o primeiro passo consiste em denunciar o papel que cumpriram as direções sindicais e os partidos reformistas, desviando a luta pelas necessidades mais sentidas da classe operária e dos demais trabalhadores para a defesa da democracia burguesa, portanto, para a substituição de um governo ultradireitista (burguês) por outro governo reformista (burguês). Assim, é preciso defender as reivindicações que unificam empregados e desempregados, e os métodos próprios dos explorados, greves, manifestações e bloqueios.

2) o que esperar do Dia da Consciência Negra no estado do RJ, e principalmente na cidade do Rio de Janeiro e Baixada, onde a opressão racial é mais visível, e os atos e as lutas são mais expoentes. Diz que as direções reformistas dos movimentos farão desse dia um palanque eleitoral, usando para isso a situação trágica vivida pelas massas negras. O Boletim destaca os dados do Atlas da Violência de 2021, que mostram o crescimento da matança de negros. Dá como exemplo o Rio de Janeiro, em 2019, onde as mortes por armas da polícia correspondem a 78% de negros. Cita o caso da chacina na favela do Jacarezinho, localizada na Zona Norte da cidade, em 6 de maio deste ano, que fez 29 mortos, durante uma operação feita pela Polícia Civil, em plena pandemia. E o assassinato de Kathlen Romeo, em 8 de junho, uma jovem negra de 24 anos, morta com um tiro na cabeça pela PM na comunidade do Lins de Vasconcelos, também na Zona Norte da cidade. Conclui, dizendo que, mesmo diante dessa situação, os partidos reformistas insistem em atos festivos e eleitoreiros. São incapazes de levar uma luta conse-

quente contra a opressão sobre os negros, que não é conjuntural, deste ou daquele governo burguês, mas estrutural. Sua raiz está na opressão de classe, e assim, sua luta não pode estar em outro lugar, que não seja na luta de classes, no combate à burguesia de conjunto e seus pilares, a propriedade privada e a exploração do trabalho.

3) a luta contra a burocratização do sindicato dos trabalhadores da Educação (SEPE). Conclui apontando que o SEPE, assim como muitos outros sindicatos, precisa resgatar com urgência o seu caráter classista, voltando a potencializar a luta pelas

reivindicações vitais dos trabalhadores da Educação e dos explorados em geral. O sindicato precisa recuperar a sua autonomia, sua independência política e organizativa, o que significa rejeitar a política de conciliação de classes e a burocratização, levadas a cabo por sua direção. Para isso, é fundamental um trabalho junto às escolas, a convocação de assembleias e reuniões presenciais, e restabelecer a democracia sindical em todas suas instâncias. É com esse objetivo que a Corrente Proletária chama os companheiros a construir esse polo classista e de luta, no sindicato e no movimento social.

Rondônia

Ato presencial contra medidas da reitoria

No dia 23 de novembro, o DCE da UNIR (Universidade Federal de Rondônia), junto a alguns agrupamentos indígenas e quilombolas, realizaram um ato presencial, em frente à sede da reitoria. Os presentes exigiram a aplicação de uma resolução, aprovada pelos estudantes e demais movimentos. A reivindicação girou em torno das vagas da federal de Rondônia, pois, anualmente, alguns cursos não conseguem ocupar o número total de vagas, o que colocou inclusive alguns deles sobre a ameaça de fechamento. A direção dos campi resolveu, então, propor ao (CONSAD) Conselho Superior Acadêmico da universidade, novas formas de ingresso dos estudantes nos cursos com menos adesão. Diante dessa medida, os movimentos estudantil, indígena, etc. apresentaram uma resolução, entre as exigências, a obrigatoriedade das bancas de heteroidentificação, considerando que a ausência delas tem feito surgir algumas denúncias de golpes nas vagas destinadas a indígenas e pretos.

A proposta foi entregue, em outubro, à PROCEA (Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis), PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação) e Reitoria. Não houve resposta. No entan-

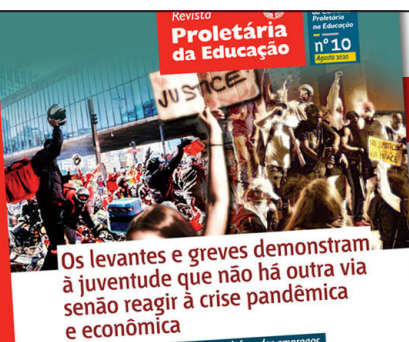
to, a burocracia universitária manobrou, ao publicar, em novembro, a portaria nº 658/2021/GR/UNIR, na qual indicava uma comissão para fazer uma resolução nova, e ignorando automaticamente as reivindicações, em forma de resolução feita pelo movimento. A ação da reitoria foi respondida com um ato presencial, o movimento indígena deixou claro que não querem ocupar as sobras de vagas de cursos que hoje possuem pouca adesão. Aproveitaram para exigir que as bancas de heteroidentificação sejam formadas por membros indicados pelos movimentos, e expuseram que o ingresso via ENEM está longe da realidade de muitos, devido às notas de cortes altíssimas para cursos, como medicina, direito e outros.

O ato tomou uma nova proporção, quando o movimento deu a palavra de ordem para entrar na universidade e ocupar a sala da reitoria, para que ela desse explicações do porquê ter feito uma portaria que, na prática anularia a proposta original do movimento. A Reitoria recebeu os manifestantes, e alegou que a proposta iria ser ainda apreciada. Embora a reitoria tenha feito de tudo para conciliar, durante as mais de três horas de reunião com o movimento, as direções continuaram a alegar

que queriam ações concretas.

O POR interveio, ressaltando que, a partir daquelas reivindicações, por mais que se choquem com a dificuldade do acesso à universidade entre a juventude mais pobre, era importante entender que os conselhos universitários são extremamente burocratizados, por não expressarem a verdadeira democracia na universidade. Destacou a importância de “não depositar as ilusões nos conselhos universitários, parlamento ou justiça burguesa”, e acrescentou que o movimento só poderá ter a chance de sair vitorioso se for ampliado. Daí a necessidade de obter apoio dos discentes e dos sindicatos da região. Por fim, defendeu que a democracia na universidade está vinculada à defesa do governo tripartite.

No final do ato, o movimento fez um balanço e decidiu chamar nova reunião, para ver qual será o rumo do movimento, caso a resolução não seja aprovada. O que dependerá da luta coletiva e unitária e dos métodos próprios. O que significa a defesa de reivindicações gerais contra o desmonte das universidades federais, a expansão do ensino a distância, a imposição de reitores por Bolsonaro e o avanço da privatização.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

A RESPOSTA PROLETÁRIA À CHACINA NO COMPLEXO DO SALGUEIRO

No dia 22, a comunidade do Complexo do Salgueiro, na Palmeira, acordou com diversos corpos em um mangue local, resultado de mais uma chacina da polícia do Rio de Janeiro. No sábado, um PM foi morto em patrulhamento; no dia seguinte, o BOPE fez uma operação de retaliação, com o caveirão e até helicóptero, e, na manhã seguinte, segunda-feira, os corpos no mangue estavam sendo retirados pelas próprias famílias. Os números são contraditórios, a PM fala em 8, a OAB-RJ, 11, e a FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do RJ), 14 mortos, incluindo 3 mulheres.

Relatos de moradores e imagens que circularam nas redes da comunidade mostraram que houve tortura e mutilação, golpes de faca no rosto, olhos perfurados, dentes arrancados, etc. Outros relatos apontam que a polícia fez uma festa numa piscina, a 500 metros do local onde os corpos foram encontrados. No local da festa, foram encontradas, depois, inscrições nas paredes e portão, fazendo referência aos grupos milicianos Ecko e Tanderá, além de uma facção conhecida como Terceiro Comando Puro. Aí está exposta, de forma nua e crua, as relações criminosas entre o braço armado do Estado e os grupos paramilitares, que exercem controle sobre diversas regiões do RJ. É comum carioca e fluminense dizerem que a milícia não só está ligada ao Estado, como é o próprio Estado. Essa expressão merece uma explicação.

Ao serem controladas pelas milícias, as comunidades vêm sua vida cotidiana ser determinada por esses grupos, seja quando ditam a hora em que se pode ou não sair, se se pode ou não atravessar de uma comunidade a outra, de quem se devem contratar serviços, como internet, etc., de quem se devem comprar o gás e outros produtos, como deve funcionar o transporte, etc. Assim, a vida social, que, nos bairros de classe média ou da burguesia, é vista como organizada pelo Estado – com policiamento, transporte público regular, serviços oferecidos pelas prefeituras e estado, liberdade para transitar etc. –, em muitas comunidades, a vida social está controlada e organizada pelas milícias. Assim, se afirma, pela experiência, que “no Rio de Janeiro a milícia é o Estado”.

Cabe lembrarmos que o Salgueiro foi palco de outro massacre, em 2017, onde 8 pessoas foram mortas em um baile funk, um dia após um PM ser morto na comunidade. Neste ano, no Jacarezinho, 28 pessoas foram mortas em uma chacina recorde. Em todos esses casos, a mídia se apressou em separar os inocentes dos suspeitos ou investigados. Nesta chacina, estão repetindo, à exaustão, que 3 dos mortos não tinham antecedentes criminais, como se dissessem que a atrocidade sobre os demais estivesse justificada, por eles serem “investigados”. Essa diferenciação que se faz nos mortos de chacinas policiais é reflexo do reacionarismo burguês, que dá passe livre para a matança dos chamados “suspeitos”.

Os reformistas e oportunistas em geral correram, para vincular essa chacina a Bolsonaro ou ao bolsonarismo. É óbvio que, ao ter na Presidência da República um sujeito que se coloca abertamente pelo extermínio da “bandidagem” e que tem vínculos comprovados com milicianos, estabelece-se uma permissividade e se fortalece a violência policial. Mas,

se limitar a Bolsonaro na responsabilização é incorrer em uma política sem tamanho. As chacinas são recorrentes, em incontáveis governos. Pelo contrário, precisamos demonstrar que existem outros dois elementos importantes na responsabilização desta e de outras chacinas. Em primeiro lugar, a burguesia. A decomposição capitalista em sua fase final, o imperialismo, submete os países pobres, semicoloniais, ao saque e à rapina de suas riquezas, pelos países avançados. A burguesia imperialista é a principal responsável pela miséria ao redor do planeta. O que coloca os países atrasados como celeiros do narcotráfico e das milícias. A burguesia decadente possui profundos vínculos com essas duas vertentes da barbárie. O segundo elemento importante está no estado de paralisia do movimento operário, controlado pelo reformismo, que não consegue dar respostas aos problemas mais sentidos dos explorados. As comunidades cariocas, quando muito, são representadas por associações, ONGs, igrejas e coletivos, que cumprem a função de camisa de força, para conter a revolta e a organização sindical, popular e partidária revolucionária, dos pobres e miseráveis. Ao contrário, é só com a organização independente e democrática, sob a política do proletariado, e com suas reivindicações próprias pelos empregos, contra a miséria, contra a violência policial, por suas próprias formas de luta e autodefesa, é que será possível conter o avanço da barbárie.

Como constatamos, Bolsonaro não é o único, nem o maior dos obstáculos, é apenas expressão de uma variante burguesa que está hoje no poder do Estado. A luta contra esse governo precisa passar pela luta contra a burguesia de conjunto, raiz de toda opressão social, e contra os reformistas que controlam o movimento social, e ditam o caminho da passividade.

Uma das tarefas dos explorados, que vivem a barbárie capitalista, neste caso expressa pela matança policial, está em compreender a impotência das respostas políticas, como a bandeira da “desmilitarização da polícia” ou “controle social das polícias”, dadas pelos partidos reformistas e movimento negro, respectivamente. A única resposta possível é o fim da polícia! Mas, para isso, é preciso que o proletariado supere a política de conciliação de classe das direções sindicais e políticas, e se organize de forma independente, em sua luta pela destruição do Estado burguês, ou seja, lute pela revolução e ditadura proletárias.

O POR denuncia os crimes da burguesia e de seus governantes, incluindo aí seu braço armado, a polícia. Castro e Paes têm suas mãos sujas de sangue, tanto quanto Bolsonaro. Sendo assim, denunciemos a farsa das investigações feitas pelos próprios assassinos. Nossa defesa é pela constituição de um Tribunal Popular, que investigue a chacina do Salgueiro e outras violências policiais. Rechaçamos também as direções sindicais e dos movimentos sociais que se têm constituído em um freio da luta de classe e da elevação política do proletariado, desviando as necessidades dos oprimidos para as eleições e formação de um novo governo burguês em 2022. Contra os desvios oportunistas que fazem da matança um palanque eleitoral! Pelo fim das chacinas!

I 3º menor, para quase 1,4 milhão de trabalhadores

Vários capitalistas, para proteger seus negócios diante da crise econômica, implantaram a redução da jornada com redução dos salários. Outros suspenderam os contratos de trabalho. Trata-se da farsa do “Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm)”, para evitar demissões. Empresas e direções sindicais fizeram, em 2021, acordos de suspensão de contratos, atingindo 1.367.239 trabalhadores com carteira assinada.

No momento de receber o 13º salário, os burocratas sindicais foram obrigados a dizer que aqueles que tiveram os contratos suspensos não têm direito de receber o valor integral. No entanto, usam de meias palavras para responder a pergunta. Primeiro dizem que têm direito a receber o 13º salário, depois falam que é proporcional aos meses trabalhados. O fato é que, se teve o contrato suspenso durante seis meses, só receberá a metade.

Não por acaso, o Boletim Nossa Classe denunciou, tanto a MP 936 como a MP 1045, que reduziam salários, assim como suspendiam contratos. Mostrou que eram medidas de proteção aos capitalistas, e não aos empregos. Denunciou, também, a traição das burocracias sindicais, de assinarem acordos que lesam os trabalhadores. E trabalhou e trabalha para a constituição das oposições sindicais classistas e de luta.

Bolsonaro e parlamentares prorrogam a desoneração da folha de pagamento

É necessário condenar essa medida pró-patronal e a colaboração das direções sindicais

Com a desoneração da folha de pagamento, os capitalistas deixam de recolher 20% sobre a folha de pagamento ao INSS, e passam a recolher de 1% a 4,5% sobre o faturamento. Eis a principal consequência: o INSS perde bilhões de receita. Assim, novas ameaças à aposentadoria virão. É bom lembrar que a reforma da Previdência aumentou o tempo de contribuição e o valor da contribuição, bem como recrudescer os critérios para se aposentar. Os governos culpam o déficit da Previdência. Com a desoneração, retiram-se recursos da Previdência.

Quando Dilma Rousseff, em 2011, resolveu desonerar a folha de pagamento dos empresários, justificou que era para proteger os empregos. Mentira! Em 2014, a crise econômica se agravou e, em 2015-2016, mais de três milhões de trabalhadores foram demitidos. No governo Temer e no de Bolsonaro, a burguesia continuou destruindo postos de trabalho.

Hoje, cerca de 14 milhões de desempregados e de 30 milhões de subempregados arcam com maior pobreza e miséria. Os capitalistas deixaram de recolher para a Previdência, e não pararam de demitir. A atitude das direções sindicais, de silêncio diante da prorrogação da desoneração da folha de pagamentos, é criminosa.

O Boletim Nossa Classe denuncia esse ataque à Previdência. Trata-se de colocar no programa de reivindicações o fim das desonerações e o fim das demissões.

São Paulo Greve de merendeiras terceirizadas

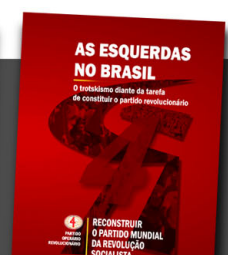
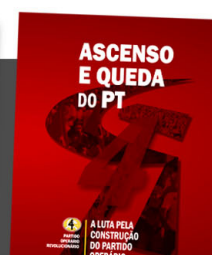
Terminada a greve dos servidores municipais contra a reforma da Previdência, as merendeiras terceirizadas da região de São Mateus paralisaram, devido à falta de pagamento dos salários. Essa situação já vem ocorrendo há algum tempo. As empresas terceirizadas recebem o dinheiro da prefeitura e, ao invés de pagar os funcionários, dão um calote. As diretorias de ensino não vêm tomando nenhuma providência, limitam-se a dizer que o dinheiro vem sendo repassado. Na realidade, cumprem ordens de SME. Seus advogados, diante da paralisação dos terceirizados, dizem que é preciso provar que a empresa provocou a greve. Os diretores de escola, por sua vez, cumprem ordens, e cortam o ponto dos grevistas. Como se vê, um jogo de empurra e empurra,

para impor obstáculos à greve, e punir os grevistas.

A paralisação das merendeiras da região depende do apoio efetivo dos sindicatos, em particular o dos vinculados à Educação. O isolamento e a submissão às orientações dos porta-vozes da secretaria municipal da Educação levarão à derrota. Para evitar isso, é fundamental ampliar o movimento para outras regiões, porque o problema das merendeiras terceirizadas é o mesmo na rede municipal e estadual.

A Corrente Proletária trabalha pela vitória do movimento, pelo pagamento imediato dos salários, e pelo fim da terceirização, por meio da contratação dos terceirizados diretamente pelo governo.

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



São Paulo

Responder ao descaso e abuso das empresas terceirizadas

A empresa Destak, que presta serviços de limpeza nas escolas estaduais de Mauá e Ribeirão Pires, além de superexplorar, dá calote nos trabalhadores. No mês de outubro, os terceirizados realizaram três dias de paralisação por falta de pagamento de salários e depósito do vale-alimentação. O dirigente de ensino, sabendo que a empresa não teria contrato renovado, negociou, com a empresa e a Seduc, o pagamento do salário atrasado, sem exigir que pagasse os direitos trabalhistas. Em novembro, a terceirizada deu o aviso prévio aos trabalhadores, e novamente deixou de pagar os salários e o vale-alimentação. No dia 16, os funcionários que paralisaram

retornaram ao trabalho, e a empresa SR serviços terceirizados Eireli iniciou as entrevistas para novos contratos, incluindo os que estavam de aviso prévio. Vários terceirizados trabalharam nos dias 16, 17, 18 e 19 gratuitamente, porque não foram contratados. A situação hoje é calamitosa, com a falta de funcionários para os serviços básicos nas escolas. O que aumentou a carga de trabalho para os que permaneceram. Essa descrição serve para mostrar a que ponto chegou, a terceirização nas escolas.

Conselheiros da Apeoesp, juntamente com uma comissão de terceirizados, estiveram na diretoria de ensino, para pedir explicação do que estava

ocorrendo, e denunciar a situação das escolas, com o corte de funcionários. A resposta dos porta-vozes do governo foi a de que a empresa contratada tem autonomia para organizar o serviço nas escolas, e que cabe aos diretores avaliarem o serviço.

A Corrente Proletária tem uma posição clara: 1) fim da terceirização e contratação dos trabalhadores terceirizados diretamente pelo estado; 2) que a direção da Afuse convoque uma assembleia presencial de todos os trabalhadores terceirizados, para aprovar a luta coletiva contra as empresas; 3) que o estado amplie, urgentemente, o quadro de funcionários das unidades escolares.

Pernambuco

Ato dos 104 anos da Revolução Russa **Lançamento do livro “Lênin Estrategista da Revolução Proletária”**

No dia 13 de novembro, o POR Pernambuco realizou uma atividade de formação, dividida em 3 momentos: 1) Lançamento e debate do livro: *Lênin Estrategista da Revolução Proletária*; 2) Celebração dos 104 anos da Revolução Russa; 3) Breve debate sobre a conjuntura nacional e questão racial, e preparação para o ato de 20 de novembro.

A formação seria precedida pela marcha contra a fome, porém, a atividade que havia sido divulgada na véspera, pelo MTST, acabou sendo cancelada, por conta do falecimento de um integrante da Ocupação Carolina de Jesus, ponto de concentração da manifestação, situada ao lado da Estação de Metrô do Barro. Diante disso, o POR manteve, pela manhã, uma panfletagem do Boletim “O Proletário” na estação e arredores.

A formação contou com a presença de militantes de Recife, Surubim-PE e Patos-PB, e contatos da favela do Detran. Antes da abertura, executamos o Hino da Internacional. A apresentação inicial do livro destacou a importância de aprendermos com a experiência das lutas da classe operária. A Revolução Russa tem uma grande importância, pois, foi a primeira revolução proletária vitoriosa. Compreender os ensinamentos de Lênin é fundamental para a construção do POR no Brasil e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. O livro tem esse propósito, foi construído ao longo de 5 anos de estudos, que foram sendo compartilhados no jornal Massas. Divide-se em três seções. A primeira, “Assimilando o leninismo”, demonstra o combate de Lênin pela construção de um partido revolucionário que fosse capaz de dirigir a classe operária,

em sua luta pela emancipação. A segunda, “Lênin estrategista”, expõe a valorosa ação de Lênin na definição das táticas ajustadas a cada mudança na conjuntura, e seu papel decisivo para que a Revolução de Outubro de 1917 ocorresse. A terceira, apresenta os acontecimentos por meio dos documentos do partido bolchevique, acompanhando também a luta para edificar o Estado Operário, no contexto da guerra civil e intervenção dos exércitos imperialistas, a reconstrução econômica no período de paz, e o combate à burocratização do partido e do Estado operário. Os militantes presentes prepararam falas, expondo aspectos do Livro.

Um companheiro de Patos-PB fez uma exposição geral de 10 minutos sobre a parte “Assimilando o leninismo”, que expressa a elaboração de Lênin sintetizada em duas obras principais “Por onde começar?” e “O que fazer?”, destacando a firmeza de Lênin, ao combater o revisionismo e erguer um partido regido pelo centralismo democrático. Passamos então às falas de 5 minutos. Uma camarada de Surubim-PE apresentou a discussão sobre o espontaneísmo e a consciência de classe, indicando que a espontaneidade das massas é importante nas lutas, expressa um embrião da ação consciente, mas precisa ultrapassar esse estágio, o que depende de a classe operária construir o seu partido. Intelectuais de outras classes podem cumprir um papel importante na elaboração do programa ao serem ganhos para a causa do proletariado. Um militante tratou da relação entre a luta econômica e a luta política, demonstrando os erros do economicismo e os limites da luta sindical, que precisa ligar-se à luta política, ultrapassar a reivindicação

por reformas. O companheiro mostrou que a luta pelo socialismo deve subordinar a luta econômica, senão as direções acabam alimentando ilusões na democracia burguesa. Outra companheira tratou do internacionalismo, exemplificado pelo embate de Lênin contra o revisionismo, que tomou conta da II Internacional, e levou os partidos socialdemocratas a se subordinarem a suas burguesias, na I Guerra Mundial. Tais acontecimentos levaram Lênin, junto a outros revolucionários, a fundarem a III Internacional.

Um contato destacou a importância da série que o partido está publicando, intitulada “Marxismo: Teoria e Debate”. Notou a unidade entre as obras, pois, não apresenta manuais ou princípios abstratos, mas sim se propõe a aprender com experiências históricas concretas. O primeiro volume centrou-se na Comuna de Paris. O segundo, na Revolução Russa. O próprio Lênin, às vésperas de Outubro estava estudando detalhadamente a experiência da Comuna de Paris, conforme testemunha sua obra “O Estado e a Revolução”. O companheiro destacou o grande valor da Revolução Russa, para compreendermos as tarefas revolucionárias em países de capitalismo atrasado, como o Brasil. E concluiu a fala, afirmando que “o término da seção 2 do livro com o comunicado do Comitê Revolucionário em 25 de outubro é de arrepiar”.

Reproduzimos aqui o trecho em questão:

Aos cidadãos da Rússia!

Lênin, 25 de outubro de 1917

O governo provisório foi deposto. O poder do Estado passou para as mãos dos soviets de deputados, operários e soldados de Petrogrado, do Comitê Militar Revolucionário, que dirige o proletariado e a guarnição de Petrogrado.

Eis a causa pela qual o povo lutou: oferecimento imediato de uma paz democrática, abolição da propriedade latifundiária sobre

a terra, o controle operário sobre a produção, e a criação de um governo soviético – essa causa está assegurada.

Viva a revolução dos operários, soldados, camponeses!

Comitê Militar Revolucionário adjunto ao soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado – 25 de outubro, às 10 horas da manhã

Foi tratado também como as cartas de Lênin reproduzidas no livro são vivas, trazem orientações táticas para o trabalho dos soviets, para a tarefa de se conquistar a confiança dos soldados e camponeses. As falas e o debate fizeram uma síntese de um período de cerca de 30 anos, dos fins do século XIX, até os últimos escritos de Lênin, que precederam sua morte, em janeiro de 1924. Seja por meio da atuação de Lênin, seja pela ação do partido bolchevique. Um contato elogiou que foram dezenas de volumes sintetizados de forma muito qualificada, com respostas aos problemas que o movimento operário enfrentou, com lições que ainda hoje se aplicam, como o combate ao revisionismo, a luta para superar o corporativismo e economicismo, as vias para materializar a aliança operário-camponesa.

Feitas essas considerações, fizemos a leitura e debate do manifesto “104 Anos da Revolução Russa”, momento em que os presentes fizeram seus comentários, perguntaram e debateram a importância de celebrar a revolução russa, sem a dissociar da restauração, mostrando que o estalinismo é uma ruptura com o marxismo-leninismo, sendo o trotskismo a verdadeira continuidade desse último. Por fim, essa celebração só é consequente quando se liga com a luta cotidiana pela superação da crise de direção, buscando forjar as frações revolucionárias no seio do proletariado, dos bairros proletários, da juventude e dos camponeses pobres. Construindo o Partido Operário Revolucionário no Brasil, como parte da reconstrução da IV Internacional.

Preparação para o 20 de novembro

No momento final da formação, analisamos a conjuntura nacional, e como a campanha pelo “Fora Bolsonaro”, ao ter ficado presa à CPI do Senado e às disputas interburguesas, acabou definindo, junto com a bandeira do impeachment. A manifestação de 15 de novembro, convocada para selar uma aliança com a direita pelo Fora Bolsonaro, foi desmarcada, pois, cada partido, no momento, está de olho nas eleições de 2022. A marcha contra a fome, anunciada como um dia nacional de lutas, não foi incorporada por todas as direções. E o 20 de novembro, dia da consciência negra, não está sendo cons-

truído como um dia de lutas pelas reivindicações das massas.

No Recife, a preparação do ato já sinaliza que terá um tom festivo, cultural e eleitoral. Mesmo assim, apontamos a necessidade de o POR e contatos estarem presentes, com suas faixas, bandeiras, manifesto e banca de materiais, expressando a linha de independência de classe, indicando que o racismo expressa a opressão de classe sobre as massas negras, e que nem a burguesia, nem a pequena-burguesia reformista, poderão apresentar soluções para os negros. Essa tarefa será parte da revolução proletária.

R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR

Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

Lênin estrategista da revolução proletária

Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Curso de Formação – Norte

Estudos marxistas

Reformismo e espontaneísmo: a necessidade de construir o partido da revolução

Militantes e simpatizantes do Amazonas e de Rondônia realizaram, em 21 de novembro, mais um encontro da Regional Norte do POR, para debater a situação política e a necessidade de construção do partido revolucionário, em uma conjuntura de profunda crise econômica e social.

Para o estudo, foram selecionadas três matérias do jornal *Massas* 651: Texto 1: Época imperialista de contrarreformas; Texto 2: Desencanto com a Campanha Nacional Fora Bolsonaro e Impeachment; Texto 3: A violência contra os povos indígenas no Brasil e as falsas promessas da COP-26, e também foi estudada a última Carta do POR: “Décima Nona Carta do POR – À Marcha da Consciência Negra”. Tais textos conjunturais foram estudados pela parte da

como, de outro, demonstram como as direções sindicais e partidárias do chamado ‘campo da esquerda’, diante deste agravado quadro de decomposição econômica, social, ambiental e humana, atuam para colaborar, preservar e, em alguns casos, até intensificar os métodos bárbaros da burguesia, como se viu claramente, nestes dois anos de colaboração de classes com a política burguesa do isolamento social, que ceifou, no Brasil, mais de 600 mil vidas e, no planeta, mais de 5 milhões de vidas humanas. Na época de maior produção de riquezas, de maior capacidade técnica e científica como jamais vista antes, governos, capitalistas e reformistas de diferentes tipos impulsionam o genocídio da própria espécie humana, enquanto degradam o meio ambiente.”

a crítica ao reformismo ‘sindicalista’ que não se orientava pela teoria marxista, mas por experiências e ‘vitórias’ parciais no amplo movimento contra o czarismo e a sociedade burguesa que emergia dele. Os extratos escolhidos buscam mostrar os erros teóricos e práticos de um espontaneísmo que, negando a teoria, e afirmando-se “renovador” do movimento proletário, negava o papel central de uma vanguarda consciente, organizada no partido revolucionário, com o objetivo estratégico de tomada do poder e destruição da sociedade capitalista.”

Em virtude do tempo, não chegamos a fechar o estudo com o extrato do *Programa do POR*, que materializa a crítica ao reformismo e à sua inviabilidade histórica. Ficou, no entanto, a convicção de como a ideologia espontaneísta, o sindicalismo reformista e a ação das correntes políticas da esquerda são poderosos obstáculos para erguer o partido da revolução mundial, e enfrentar a atual etapa da crise mundial do capitalismo. A organização da vanguarda consciente, revolucionária, que atua para dirigir os movimentos sociais e a luta da classe operária é a tarefa colocada para cada um dos militantes e simpatizantes que atuam no POR, e deve sempre orientar nosso trabalho de agitação e de propaganda, em cada uma das frentes em que atuamos e buscamos abrir trabalho. A teoria revolucionária caminha lado a lado com as práticas revolucionárias, e ambas alimentam a construção do partido e de seu programa.

O Partido Operário Revolucionário na Regional Norte cresce com a firmeza e o rigor do socialismo científico, e a com a assimilação das experiências do bolchevismo russo. O próximo período será de mais intensas contradições e da necessidade da vanguarda consciente transformar o instinto de revolta das massas em organização e programa para a revolução proletária, socialista, em nosso país.

A organização da vanguarda consciente, revolucionária, que atua para dirigir os movimentos sociais e a luta da classe operária, é a tarefa colocada para cada um dos militantes e simpatizantes que atuam no POR, e deve sempre orientar nosso trabalho de agitação e de propaganda, em cada uma das frentes em que atuamos e buscamos abrir trabalho.

manhã, revelando, de um lado, a política da burguesia e dos partidos reformistas, que colaboram com ela e, de outro, a situação de aumento da opressão e da exploração capitalistas, que se reflete no aumento da fome, da miséria, do desemprego, na destruição de direitos, na entrega de riquezas naturais e do patrimônio público. O Caderno de Formação destacou: “Os primeiros textos, extraídos do último jornal *Massas*, revelam as contradições atuais do capitalismo imperialista de nossa época. Revelam também como, de um lado, os governos e a burguesia nacional e internacional atuam unificadamente para destruir forças produtivas, riquezas naturais, esmagar povos tradicionais, retirar antigos direitos, impulsionar o rebaixamento do valor da força de trabalho e ampliar, de modo geral, a barbárie social; assim

Para o período da tarde, foi selecionado um capítulo do livro *Que Fazer?*, de Lênin, e uma parte do Programa do POR, a seção “Inviabilidade do Reformismo”.

Este estudo, realizado em grupos, foi bastante rico, porque foi possível estabelecer relações com a atualidade e com a conjuntura que enfrentamos, revelando o problema central de nossa época, que é a crise de direção. A apresentação escrita para o curso apontava que o texto de Lênin “expõe de forma rigorosa, partindo das experiências nacionais e internacionais da luta de classes, da construção dos partidos revolucionários em diferentes países, e em polêmica direta com uma ala da então socialdemocracia russa, a ala dos ‘economicistas’ (que representaria a ala mais à direita do PSDR), a crítica à ideologia do ‘espontaneísmo’,

Nesta edição:

- **COP 26:** Sob o capitalismo, a natureza jamais será preservada.
- **Argentina:** Eleições - se confirma a perda de ilusões no governo, que se direitiza e se submete cada vez mais às exigências do FMI.
- **Eleições na América Latina:** *Chile:* O significado da polarização eleitoral entre a ultradireita e a esquerda reformista / *Nicarágua:* Somente o povo nicaraguense pode decidir o destino de seu governo. / *Venezuela:* Dando passos à direita.
- **Estados Unidos:** Observar e identificar as tendências de luta do proletariado na maior potência mundial.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional


COP 26

Sob o capitalismo, a natureza jamais será preservada

Terminada a COP 26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), que reuniu os 196 países signatários do Acordo de Paris, o pretendido acordo de limitação da emissão de carbono acabou como uma espécie de “conselho” para que houvesse sua redução, ao longo dos próximos anos. O único acordo efetivo não foi tomado pela COP 26, cheia de discursos e demagogia, e sim numa posterior reunião fechada entre os dois maiores poluidores do mundo, China e EUA.

Se é fato que a poluição elevada tem afetado o clima no planeta, as consequências recaem de modo diferente sobre os países desenvolvidos (imperialistas) e atrasados (semicolônias), assim como afetam de forma diferente as classes sociais.

A COP 26 se realizou em meio à guerra comercial entre EUA e China. O discurso de proteção ao meio ambiente, por parte das potências imperialistas, é de pura hipocrisia. Nos últimos 200 anos, para desenvolverem o capitalismo, poluíram e devastaram tudo em toda parte, não apenas em seus territórios, mas nos países de economia atrasada. Agora, na fase de decomposição do capitalismo, de profunda desindustrialização atingindo as potências, e de crise econômica mundial, vomitam o falatório de que é preciso proteger o ambiente do planeta, que é de todos, e que todos precisam colaborar, reduzindo as emissões de carbono e migrando para alternativas não poluentes.

Os principais alvos desse discurso são a China e a Índia, e, em menor grau, a Rússia. Ambos estão se elevando no comércio mundial, e assentam seu crescimento no consumo de energia a partir da queima de carbono. A China e a Rússia têm soberania nacional, por conta da economia controlada pelo Es-

tado ou estatizada em alto grau. Podem obstaculizar a imposição de redução da queima de combustíveis, pretendida pelos países imperialistas.

O mesmo não se pode dizer dos países atrasados, semicolônias. A imposição de metas de emissão de carbono a eles pelas potências é mais uma barreira no sentido de seu desenvolvimento. As potências, que imundizaram o planeta, obrigam as semicolônias a não crescerem, e ainda lhes compram créditos de carbono, para poderem continuar poluindo. O pior é que, sem soberania nacional, os países atrasados acatam as metas ditadas pelas potências, mas sequer terão a possibilidade de decidir sobre o seu cumprimento, porque, no final das contas, o que vai valer são os interesses do capital financeiro e dos monopólios que controlam os ramos fundamentais de suas economias. Seria progressivo um país atrasado declarar que não cumprirá as metas que lhe impõem manter-se no atraso, mas a burguesia atrasada é incapaz de tomar tal medida.

Em última instância, o capital financeiro controla a decisão sobre a poluição, motivada não pelo cuidado com a natureza ou pelo cuidado social, mas pelos interesses econômicos, na medida em que os poluentes são subproduto

do processo produtivo, cujo tratamento oneraria os custos da produção, e reduziria a margem de lucro. A preservação ambiental pressupõe uma economia planejada e alta aplicação de tecnologia, incompatíveis, portanto, com o caráter anárquico da produção capitalista e com a atual contenção do desenvolvimento das forças produtivas. Até mesmo a conversão da matriz energética, do combustível fóssil à elétrica, não atende à preservação ambiental, mas com o aumento da lucratividade,

As potências, que imundizaram o planeta, obrigam as semicolônias a não crescerem, e ainda lhes compram créditos de carbono, para poderem continuar poluindo. O pior é que, sem soberania nacional, os países atrasados acatam as metas ditadas pelas potências, mas sequer terão a possibilidade de decidir sobre o seu cumprimento, porque, no final das contas, o que vai valer são os interesses do capital financeiro e dos monopólios que controlam os ramos fundamentais de suas economias.

já que um carro elétrico, por exemplo, necessita de um número de operários reduzido para a sua produção, assim como menor quantidade de peças, e é comercializado por um preço superior ao do carro à combustão. Os veículos elétricos também dependerão da queima de combustíveis para o fornecimento de energia, essa transição não afeta significativamente a poluição global, mas afeta sensivelmente os lucros das multinacionais. Estas são incapazes de realizar a transição energética de forma global e plena. Vão manejando a introdução de nichos de desenvolvimento em meio a um mundo que não tem como se desenvolver, por conta das amarras impostas pela opressão nacional.

Se existe de fato uma luta contra a destruição da natureza, essa luta não é travada pela burguesia parasita, nem pelos seus lacaios, e sim pelos camponeses pobres, pelos indígenas, pelo proletariado do campo e da cidade. A defesa do clima e ambiente interessa aos ribeirinhos, que sofrem pela seca dos rios. Interessa aos favelados, que montam seus casebres nas encostas atingidas por chuvas torrenciais. Interessa aos camponeses, que dependem da chuva para lavrar a terra. Interessa à classe operária, que sofre com a alta da inflação e as consequências da ação poluidora nos seus locais de moradia e de suas famílias. Os lixões e enchentes são um exemplo de como a burguesia descarrega sua poluição sobre as massas empobrecidas.

É assim que a natureza não será preservada nos marcos capitalistas. As variações climáticas, decorrentes da ação do homem, condicionarão o camponês a ainda maior vulnerabilidade às vicissitudes naturais. O trabalho já arcaico e rudimentar será ainda mais penoso, pela expulsão das terras cultiváveis, pela cada vez maior dependência dos monopólios agrícolas, pela falta de chuva e pela seca dos rios e lagos. Os indígenas continuam a ser expulsos de suas terras, a fim de permitir o avanço do agronegócio e da mineração. O avanço da miséria, da fome e da opressão dos latifundiários sobre o produtor familiar, ou sobre os povos indígenas, aumentará enormemente.

Nas cidades, os impactos estão sendo já sentidos, diretamente nos preços dos alimentos, produzidos sobretudo pela produção familiar. E, em dias de chuvas torrenciais, enchentes, deslizamentos e soterramento, que serão cada vez mais frequentes. Nota-se que os países desenvolvidos têm mais recursos para enfrentar as variações climáticas e desastres naturais. E as classes burguesa e pequeno burguesa contam com mais recursos para enfrentar as consequências das tormentas.

Se existe de fato uma luta contra a destruição da natureza, essa luta não é travada pela burguesia parasita, nem pelos seus lacaios, e sim pelos camponeses pobres, pelos indígenas, pelo proletariado do campo e da cidade. A defesa do clima e ambiente interessa aos ribeirinhos, que sofrem pela seca dos rios. Interessa aos favelados, que montam seus casebres nas encostas atingidas por chuvas torrenciais. Interessa aos camponeses, que dependem da chuva para lavrar a terra. Interessa à classe operária, que sofre com a alta da inflação e as consequências da ação poluidora nos seus locais de moradia e de suas famílias. Os lixões e enchentes são um exemplo de como a burguesia descarrega sua poluição sobre as massas empobrecidas.

Apoiando a luta indígena e do camponês pela terra e insumos, contra a mineração e agronegócio que os expulsam, trabalhando pela autodeterminação das nacionalidades indígenas, pela aliança operário e camponesa, pelo controle da população pobre sobre as terras e florestas, pelo controle operário da produção e abertura das contabilidades das empresas, determinando o quê, quanto e como será produzido, para que se possam direcionar recursos para a contenção da poluição, assim se combate a destruição da natureza pelos capitalistas, e se avança para a revolução proletária. Essas reivindicações compõem uma plataforma de lutas a ser defendida com os métodos da luta de classes, pela maioria nacional oprimida, tendo à frente a classe operária.

O modo de produção capitalista e a preservação da natureza são incompatíveis. A revolução proletária colocará as terras e os recursos nas mãos das massas. Todas as etapas do processo produtivo serão assistidas, incluindo o descarte dos dejetos. Por meio do controle operário, será possível aplicar em larga escala as técnicas e tecnologias mais avançadas na produção, em toda a sua linha, o que causará impactos sensivelmente menores na natureza. Para isso, é preciso que as massas se levantem e se organizem ao redor do programa do proletariado, de expropriação da propriedade privada dos meios de produção. A decomposição do capitalismo se manifesta na acelerada degradação da natureza, cuja defesa efetiva somente será dada nos marcos do socialismo.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Argentina

Eleições: se confirma a perda de ilusões no governo, que se direitiza e se submete cada vez mais às exigências do FMI

As eleições gerais confirmaram a crescente perda de ilusões no governo, no peronismo e nas eleições em geral. Este é o fenômeno mais importante. Está expressando, desta forma, o estado de ânimo das massas, diante da ausência de candidatos e chapas com posições que expressem a política revolucionária da classe operária.

Mais de 3 milhões de pessoas reafirmaram a sua abstenção. Embora houvesse uma maior adesão à votação do que nas PASO (71,6%), foi a participação mais baixa numa eleição geral, desde 1983. Nas PASO (Elecciones Primarias, Abiertas, Simultáneas y Obligatorias), houve quase cinco milhões a menos de votantes do que em 2019 e, apesar da campanha, somente conseguiram que 1,7 milhão voltasse a votar nesta eleição.

O governo fez mudanças no gabinete, entregou alguns benefícios econômicos miseráveis, promessas de reativação da economia, ameaçou com o perigo de retorno do macrismo, mas não conseguiu reverter o resultado.

Esses 3 milhões de votantes de 2019, que continuaram dando as costas ao governo e às eleições, mais os 715.000 votos brancos (2,9%), e 434.000 votos nulos (1,8%), (houve uma redução de 300.000 votos), estão expressando a desilusão e a raiva que deve transformar-se em organização e luta. As terríveis condições que se vivem não mudam com o voto.

O governo foi derrotado pela coalizão de *Cambiemos* por 9% em nível nacional, que o superou nas províncias maiores. Recuperou 900.000 votantes, dos 1,9 milhão que havia perdido nas PASO, em relação a 2019. Destacamos que, mais do que um triunfo de *Cambiemos*, que quase mantém seu nível de votos das últimas eleições, é uma derrota do governo, o oficialismo perdeu porque uma parte importante dos que votaram nele, em 2019, agora não votaram.

As eleições são de grande importância para a burguesia, para defender seu regime, por isso, lhe preocupa que caia a participação da população. Essa queda na participação é uma reprovação do governo, não se deslocou para as opções da direita, sua raiva se expressou não votando. Dito isto, enfatizamos que 94% dos votos foram para partidos que defendem o capitalismo, o regime de exploração do trabalho, da propriedade privada dos grandes meios de produção.

A imprensa burguesa destaca que as eleições foram “pacíficas”, um “exemplo”, que houve poucas denúncias e críticas ao processo eleitoral. Estas eleições mostraram pouco entusiasmo, atos muito limitados, com pouca participação nas ruas, deixando toda a campanha em mãos dos marqueteiros e da intervenção na imprensa. As campanhas estão cada vez mais longe da participação ativa das bases, como era no passado. A campanha, que se iniciou há 4 meses, esteve marcada por uma profunda despolitização, pela falta de ideias, de propostas, de programas.

A ultra direita (Milei e Espert) cresceu, em boa medida à custa de *Cambiemos* ou *Juntos por el Cambio*.

O governo não pôde conquistar os deputados necessários

para ter autonomia na Câmara de Deputados, e perdeu o quórum próprio que tinha no Senado, há 38 anos. O governo Nacional perdeu em 15 províncias.

A esquerda democratizante não foi mal na eleição, foi terceira, em votos em nível nacional, das três forças nacionais que competiram (o restante são partidos que não têm presença nacional). Conquistou quatro deputados, e uma boa votação em Jujuy. Dizem que fortalecerá a luta dos trabalhadores, da juventude, das mulheres.

A experiência na luta cotidiana mostra que suas forças aparecem divididas, e até em confronto. Seus candidatos apareceram nos meios de comunicação, são conhecidos, mas seu discurso não ultrapassa o terreno democratizante. Jamais defenderam a estratégia da classe operária: a revolução social, a ditadura do proletariado, o comunismo, expropriar o grande capital, denunciar as instituições da burguesia como expressões da ditadura do capital, etc.

Destacamos o anúncio de Alberto Fernández, de que enviará, em dezembro, um projeto de lei, recomendado pelo FMI: “um programa econômico plurianual para o desenvolvimento sustentável”, que contemplará “os melhores entendimentos que nosso governo tenha conseguido com o Staff do FMI”. Afirmar isto, no último momento das eleições, quando as urnas ainda estavam quentinhas, faz suspeitar que vem com mais ajustes contra as condições de vida e de trabalho dos explorados.

Enfatizou que “qualquer plano tem de manter os eixos básicos de crescimento, redistribuição de ganhos e aumento do consumo popular”. Há que destacar que já não se fala mais em acabar com a fome e a pobreza, antes de pagar a dívida. Modificaram o discurso, para se colocar no mesmo campo das exigências do FMI. Alertamos especialmente sobre este anúncio.

O Congresso é um antro, que aprovará o orçamento, o acordo com o FMI e todas as medidas contra a nação e os trabalhadores. Mudaram algumas caras no Congresso como resultado destas eleições, porém, seu papel continuará sendo o mesmo.

A CGT convoca a mobilização para apoiar Fernández, como fez algumas semanas atrás. Não para reivindicar salários e aposentadorias, trabalho a todos, fim do trabalho precarizado, não para rejeitar os planos do FMI e a sua ingerência no país.

O caminho é ação direta de massas, para resolver as reivindicações, recuperar os sindicatos, as centrais sindicais, as organizações sociais para a luta independente do governo e dos patrões, confiar exclusivamente em nossas próprias forças e métodos de luta. O caminho é a unidade dos oprimidos na frente única anti-imperialista, que centralize as reivindicações sociais, nacionais e democráticas, sob a perspectiva do seu próprio poder político.

O POR interveio nestas eleições com essa política, a política da classe operária. Fez campanha pela estratégia comunista, pela revolução social, para acabar com a grande propriedade dos meios de produção, seguindo as melhores experiências do marxismo-leninismo-trotskismo.

Eleições no Chile

O significado da polarização eleitoral entre a ultradireita e a esquerda reformista

Em 21 de novembro, o candidato ultradireitista José Kast (Partido Republicano da Frente Social-Cristão) ganhou o primeiro turno, com 28% dos votos. Ficou em segundo lugar, o nacional-reformista Gabriel Boric (da Coalizão Aproveito Dignidade – Partido Comunista do Chile e Frente Ampla), com 25,6%. O segundo turno se destacará, assim, pela disputa entre a ultradireita burguesa e esquerda pequeno-burguesa. Os candidatos do partido governista, Sichel (Chile Podemos Mais), e o Provoste (Novo Pacto Social-Democracia Cristã), que dominaram a política burguesa por décadas, foram derrotados. Destacou ainda o franco-atirador direitista Franco Parisi (Partido da Gente), que fez campanha de forma remota nos EUA, ficando em terceiro lugar, com 13,19% dos votos válidos.

Quanto à eleição legislativa, a ultradireita e direita mantiveram o controle do Senado, e ampliaram o número de deputados: a maior representação, desde a redemocratização de 1983. O que resultou no retrocesso das forças políticas de centro-direita (Democracia-Cristã e Partido Socialista), que perderam dezenas de cadeiras, em ambas as câmaras.

Não há nenhuma possibilidade do Chile de se libertar do pinochetismo, e erguer uma poderosa democracia burguesa, que sirva de instrumento para o desenvolvimento das forças produtivas, em contraposição ao saque imperialista, à ultraconcentração de riquezas, à miséria dos mais explorados, e empobrecimento da classe média.

Sem dúvida, o fator mais relevante do processo eleitoral foi o elevado abstencionismo: 57% do padrão eleitoral. Índice ainda mais elevado nas regiões, cidades e bairros operários e populares, atingindo a média de 63%. Os maiores níveis de participação se verificam nas regiões, cidades e bairros de maior presença burguesa e a pequeno-burguesa: 75%, em média.

Surpreendeu o fato de 1/3 dos votos válidos depositados nos bairros populares, especialmente entre a juventude, serem para Parisi. Seus ataques à “casta política” arregimentaram parte da raiva pela falta de perspectivas em educação, saúde e trabalho.

A exposição desses dados permite compreender o que se passou nestes dois anos, desde a insurgência das massas, em 2019, até à vitória da ultradireita e direita nas eleições.

Em outubro de 2019, as massas oprimidas romperam as amarras da democracia e das instituições, tomaram as ruas, desenvolveram a luta coletiva, e formaram embriões das organizações populares, capazes de impor suas reivindicações. Mas, por faltar-lhes a direção revolucionária, não puderam avançar, na tarefa de conquistar a independência de classe e potencializar a capacidade revolucionária do proletariado, condição para avançar o combate à burguesia servil e ao domínio imperialista do país.

Expôs-se, à luz do dia, a grave crise de direção revolucionária, o que impediu transformar seu instinto de revolta em política e programa revolucionários. O que permitiu às direções pequeno-burguesas e burguesas traírem, mais uma vez, os explorados, e desviar a luta de classes para a criação de um arremedo de Constituinte.

Após 5 meses, a Assembleia revela-se um natimorto. Reformistas, estalinistas, frente-populistas e independentes detêm a maioria dos constituintes. Porém, lhes está proibido, pela lei de sua convocatória, modificar acordos internacionais, mudar o aparelho do Estado, ou tocar na propriedade privada. Os democratizantes de esquerda, que tanto insuflaram a Constituinte, como se fosse um instrumento popular de transformação, se mostram reféns da burguesia e do imperialismo.

Há uma clara ligação entre os resultados eleitorais que podem entregar a presidência à ultradireita. E, no caso da vitória dos democratizantes, terá de governar para as mesmas forças políticas que fizeram a transição da ditadura sanguinária sob o comando do general Pinochet. Não há nenhuma possibilidade do Chile de se libertar do pinochetismo, e erguer uma poderosa democracia burguesa, que sirva de instrumento para o desenvolvimento das forças produtivas, em contraposição ao saque imperialista, à ultraconcentração de riquezas, à miséria dos mais explorados, e empobrecimento da classe média. Qualquer que seja o governo eleito no segundo turno, terá de esmagar as tendências de luta das massas com mão de ferro. O governo de Piñera subsistiu à base da violência contrarrevolucionária, mas o fator fundamental de ainda estar de pé e promover as eleições se encontra nas direções pequeno-burguesas e burguesas, que conseguiram enganar as massas com a bandeira salvadora da Assembleia Constituinte. Logo após as eleições, os explorados se verão diante de um governo algoz.

Essa é principal conclusão que a vanguarda do proletariado e dos demais oprimidos deve chegar. Essa é a condição para estabelecer a linha política e a tática revolucionária, para o próximo período. Trata-se, especialmente, da vanguarda com consciência de classe reforçar o trabalho de construção do Partido Operário Revolucionário de Chile, e de travar a luta ferrenha, classista e consequente, pela conquista da direção política e prática das organizações de massas, expulsando a corja de traidores reformistas e estalinistas. A ausência do partido marxista-leninista-trotskista tem retardado a tarefa do proletariado de se livrar do pinochetismo, e expulsar de suas fileiras os traidores da revolução proletária, ou seja, o partido comunista estalinista e o partido socialista, que ludibriaram os explorados com o governo burguês de frente popular. As ilusões na democracia burguesa foram reconstituídas na transição pós-Pinochet, desaguando na bastarda Constituinte. Mas, os explorados e a juventude oprimida vêm confrontando-se com os governos, por meio da ação direta. Essa é a via que permitirá à vanguarda com consciência de classe lutar pela independência política do proletariado.

Eleições na Nicarágua

Somente o povo nicaraguense pode decidir o destino de seu governo

As eleições de 7 de novembro resultaram na reeleição de Daniel Ortega, e sua mulher foi designada como “copresidente”. A vitória da família Ortega, porém, se deu nas condições de encarceramento e expulsão do país de sete candidatos da oposição, que ameaçavam o continuísmo. Foi permitido a sete legendas (ligadas ao governo) que servissem de atores na teatral “concorrência eleitoral”.

Sabia-se que mais de 70% dos eleitores poderiam escolher qualquer um dos “candidatos da oposição”. As massas decidiram dar as costas às eleições, o que se refletiu no elevado abstencionismo – superior a 60% do padrão eleitoral.

O primeiro governo eleito de Daniel Ortega (1984-1990) se guiou, ainda sob o impacto da Revolução Sandinista, no programa de nacionalizações, reforma agrária, bem como reformas e subsídios sociais. De forma que teve de suportar as pressões do imperialismo e da reação interna. Diante do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, vieram à tona as chagas do atraso industrial e agrícola, herdadas pela Revolução Sandinista. Sem ir às últimas consequências na resolução das tarefas democráticas, possível apenas com a revolução proletária, logo se agravou a crise, e se foi gestando o descontentamento popular. Nessas condições foi que Violeta Chamorro, uma política francamente pró-imperialista, ganharia de Ortega nas eleições seguintes.

A experiência das massas com o governo antinacional e antipopular, e a não solução do problema estrutural da miséria e fome, permitiram ao sandinismo retornar ao poder. Ortega estruturou uma ampla aliança policlassista, incorporando setores do empresariado e da Igreja nas decisões da política de Estado. A virada direitista refletia a orientação do governo eleito em garantir os negócios dos empresários e aplicar o tratado de Livre Comércio assinado com os EUA.

As revoltas populares de 2018, em reação às contrarreformas impulsionadas por Ortega, a favor do capital financeiro e dos empresários ligados ao governo, mostraram que as massas não mais aceitavam o governo decomposto. O que insuflou o empresariado, a Igreja e o imperialismo a romperem a aliança com o governo, e formarem partidos para participar das eleições.

Em face da ameaça de perder as eleições, a família Ortega decidiu por montar uma fraude eleitoral, e extinguir os últimos vestígios da democracia formal. Como se vê, a consolidação de uma verdadeira autocracia familiar fecha todo um ciclo político, marcado pela decomposição da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Coube ao sandinismo no poder, enquanto se apoiava nas conquistas políticas da revolução, ampliar em um grau nunca visto, no país controlado por uma oligarquia servil aos Estados Unidos, as formas da democracia formal. No entanto, ao se manifestarem as tendências de decomposição do capitalismo, se foram restringindo a democracia e centralizando ditatorialmente as instituições, em grande medida pela decisão de aplicar um programa ditado pelo capital financeiro, e pela recuperação das forças contrarrevolucionárias, voltada a preservar seus interesses oligárquicos. Os próprios sandinistas, Ortega foi um de seus mais importantes dirigentes, se encarregaram de retroceder a revolução democrática pequeno-burguesa, e abrir caminho à volta do controle oligárquico do país. A volta dos sandinistas, já decompostos, depois da derrota eleitoral a Chamorro, indicou que não cabia, na atrasada e oligárquica Nicarágua, uma pujante democracia burguesa; sob sua caricatura, teria de imperar um governo burguês centralizador e ditatorial. O nacionalismo e o apelo às massas do velho sandinismo desapareceram.

O imperialismo condenou, em nome da democracia, a prisão e expulsão de opositores, que certamente estavam mais dispostos a cumprir o papel de servidores das potências. A OEA não reconheceu as eleições, como medida para impor sanções econômicas e políticas ao governo de Ortega. O problema da democracia e do autoritarismo, das eleições limpas ou maculadas, diz respeito ao povo nicaraguense. Somente as massas oprimidas podem fazer seu ajuste de contas com o governo. É obrigatório se opor a qualquer interferência das potências, e lutar contra os bloqueios econômicos como parte da luta anti-imperialista. A luta do proletariado nicaraguense, para avançar, depende da construção do partido revolucionário. É com esse instrumento que se fará um balanço histórico do fracasso da Revolução Sandinista, como parte da elaboração do programa da revolução proletária.



Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

R\$ 15

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial

Realizadas as eleições na Venezuela

Dando passos à direita

Em 21 de novembro, aconteceram as eleições estaduais e municipais. 70 mil candidatos se apresentaram, 65 mil deles ligados aos partidos de oposição. Elegiam-se 23 governadores, 335 prefeitos, 253 deputados estaduais, e 2.471 vereadores – 3.082 cargos no total. 300 observadores internacionais acompanharam o processo eleitoral, o que não acontecia há mais de uma década. Destacou-se, fundamentalmente, o massivo abstencionismo: 60% dos habilitados não votaram.

O chavismo obteve a vitória, em 21 dos 24 estados em disputa, e em 205 prefeituras. A oposição direita elegeu 3 governadores, e 117 prefeitos. O chavismo foi o claro vencedor, perante a oposição francamente pró-imperialista, que se apresentou fragmentada e dividida. Mas, basta avaliar o conjunto dos dados eleitorais para perceber que o chavismo não conseguiu equacionar a queda de seus apoios eleitorais e sociais, e o retrocesso da oposição em relação às eleições de 2017, quando conquistou 4 postos de governo. É nesse quadro de retrocesso dos apoios eleitorais da situação e oposição, que se revela em toda sua importância o fenômeno político do elevado abstencionismo.

Trata-se de uma manifestação instintiva da rejeição e desilusão das massas, perante a democracia burguesa e as promessas dos nacional-reformistas e direitistas. Certamente, atinge mais duramente os chavistas, ao potencializar as tendências de ruptura entre a ampla base social, que lhe permitiu elevar-se ao comando do Estado, com a cúpula estatal que, por seus interesses e condições de vida, fundem-se aos interesses materiais dos empresários e parasitas, que sangram os oprimidos.

Para ter uma real magnitude da tendência da perda de apoios populares do chavismo, é bom lembrar que, com as eleições de domingo, contabilizam-se 29 eleições (entre gerais, legislativas e regionais), desde que Hugo Chávez foi eleito presidente pela primeira vez, em 1998. Com Chávez ainda vivo, o apoio eleitoral ao nacional-reformismo não desceu abaixo de 75%, com a participação de próximo a 80% do padrão eleitoral. O que aconteceu nas condições em que a economia mundial crescia, permitindo ao chavismo promover melhorias nas condições de moradia, aumentar salários, aplicar um programa de reformas sociais, manter sob controle um extenso aparelho assistencial, soldar sua relação eleitoral com as massas, e marginalizar a oposição direita.

Com Maduro na presidência, essa tendência começou se reverter, descendo até chegar a 50% de apoio eleitoral, enquanto a participação popular não ultrapassou os 60%. Manifestavam-se, no interior da base social do nacional-reformismo, os estragos causados pelos impactos da crise de 2008, logo acrescida pela crise de 2016. O país afundou na recessão, e a miséria e fome deram um salto à frente. Esgotaram-se os recursos estatais, impedindo sustentar o assistencialismo nos patamares anteriores. Para manter o nível de vida das massas, e superar o atraso, que condenava o país a afundar na desagregação, o governo devia dar passos decisivos contra a grande propriedade privada, e romper de vez com a opressão nacional, única via para tirar o país do atraso, desenvolver as forças produtivas e, desse modo,

elevar as condições materiais da vida das massas.

Diferentemente, compactuou, com setores da burguesia, a entrega de setores estratégicos da economia nacional – procurando assim se beneficiar das benesses de seus lucrativos negócios – e favoreceu a formação de uma casta empresarial, que parasitou os recursos do Estado. Isto enquanto congelava salários, reduzia direitos e praticava uma política fiscal que enriquecia uma minoria, agravando o fosso da miséria e fome para a grande maioria. O que levou o chavismo a perder sistematicamente apoios políticos e eleitorais. Apesar disso, a oposição direita nunca conseguiu se aproveitar dessa situação para garantir sua vitória eleitoral, impedida como estava de superar o profundo repúdio popular contra seus candidatos e planos de governo.

É bom também explicar o porquê da virada da oposição que, nos últimos dez anos, seguiu a trilha do golpismo. E que, agora, decidiu participar destas eleições. Os principais fatores dessa virada tática acham-se na modificação da conjuntura mundial e nas mudanças acontecidas na situação econômica nacional.

Com a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, o avanço da crise econômica, e a aproximação do chavismo à Cuba, China e Rússia, o governo imperialista estadunidense impulsionou uma ofensiva junto à oposição direita, para derrocar o chavismo. A vitória da oposição nas eleições legislativas de 2017 a encorajou a declarar o presidente do Parlamento, Juan Guaidó, como “presidente legítimo”. E, contando com o apoio do imperialismo à designação arbitrária, decidiu então percorrer a trilha do golpismo e do boicote eleitoral.

A oposição acreditava ser possível utilizar o crescente descontentamento das massas com o chavismo, e a virada direita na política burguesa do continente, tendo por referência o golpe institucional bem-sucedido contra Dilma Rousseff, para combinar o chamamento ao levante militar, com a convocatória ao intervencionismo do imperialismo, em nome da defesa da democracia, e pelo fim da “ditadura”. Mas, bastou o fracasso da intervenção imperialista na Venezuela, em 23 de fevereiro de 2019 – acobertada de missão de “ajuda humanitária” –, e a derrota do complot militar do mesmo ano, para deixar claro que Guaidó e o imperialismo esbarrariam na rejeição da população, e se chocariam contra o massivo apoio do exército ao chavismo. Juan Guaidó começou a ruir, e passou a ser rejeitado pela própria oposição direita, após conhecidas suas manobras financeiras com o dinheiro confiscado do Estado venezuelano no exterior. A eleição de Biden, que, sem abandonar o plano de acabar com o chavismo, prioriza fortalecer os EUA na guerra comercial com a China, finalmente, resultou no abandono da tática fracassada.

O principal fator da virada tática da oposição golpista, porém, reside na aprovação, pelo governo, de medidas que favorecem a retomada dos negócios e os lucros do empresariado nacional e internacional. Com a melhoria dos preços do petróleo (principal produto de exportação do país), estima-se que o PIB deva crescer entre 2% e 5%, modificando assim as tendências de queda dos últimos anos, quando chegou encolher 80%. Veri-

ficou-se um crescimento na construção de prédios residenciais e comerciais. Construídos a baixo custo – aproveitando-se dos baixos salários, almeja-se que a retomada econômica permitirá realizar grandes lucros com a venda aos investidores estrangeiros. Criou-se também uma bolha de consumo de mercadorias de luxo. Vem-se fortalecendo uma fração da burguesia comercial, que se enriquece com o comércio ilegal de produtos da cesta básica (“clap”) entregue pelo Estado, que são vendidas em lojas e mercados. Como a maioria dos produtos de consumo popular é de importados, a diferença entre o valor do dólar no mercado externo e interno está servindo de alavanca aos parasitas e corruptos, para amealhar grandes fortunas.

Está aí explicado por que continuar com a tática do boicote acabaria por deixar as mãos livres aos monopólios e empresas chinesas, russas e europeias para reforçar suas posições econômicas na Venezuela. O que acabaria atingindo os monopólios imperialistas, e enfraquecendo-os na disputa pela exploração das riquezas naturais e das oportunidades de negócio que se abriram no país.

O fundamental para a política proletária reside em compreender que a enxurrada de dólares que entrou no país, se bem

que amenizarão as tendências de estagnação e recessão, não servirão para desenvolver as forças produtivas, nem elevar as condições de existência da classe operária, dos camponeses, assalariados juventude oprimida. Manter-se-á a pauperização das massas e a opressão da nação oprimida se agravará. O que potencializará o descontentamento popular e criará condições para que as massas em luta pelas suas necessidades vitais, e recorrendo a seus próprios métodos, possam finalmente esgotar sua experiência com o nacional-reformismo, e avançar na conquista de sua independência de classe.

A vanguarda com consciência de classe está obrigada acompanhar a luta das massas pelas suas necessidades mais imediatas, e combater a virada direitista do chavismo, assim como as manobras da oposição pró-imperialista, com a estratégia e os métodos da luta de classes. Para que se dê um passo firme por esse caminho, é necessário que as massas transformem sua desilusão nas vias democrático-burguesas em política revolucionária. Mas, para isso, é urgente superar a crise de direção política, e avançar na construção do partido marxista-leninista-trotskyista. Somente assim, se superará o entulho ideológico e político de 23 longos anos de farsa do “Socialismo do Século XXI”.

Greves nos Estados Unidos

Observar e identificar as tendências de luta do proletariado na maior potência mundial

O rebaixamento dos salários e congelamento, bem como as suspensões e demissões, foram as respostas dos capitalistas, diante da crise sanitária e econômica. Para manterem os lucros em face da paralisia dos negócios, descarregaram suas nefastas consequências sobre as massas. Os subsídios familiares, aprovados pelo governo Biden, apesar de compensaram em parte a queda dos ganhos dos trabalhadores, dependeram dos acordos entre republicanos e democratas – Biden cedeu à pressão dos republicanos, para que fossem reduzidos e limitados no tempo. Soma-se a isto, o fato do salário mínimo de US\$ 7,25, a hora, ser insuficiente para garantir condições de vida no nível anterior à crise. Para mantê-lo, os trabalhadores foram obrigados a estender sua jornada de trabalho, e realizar outras atividades, levando à exaustão suas condições físicas. Por sua vez, a inflação (a mais alta em 30 anos) empurrou para baixo o preço da força de trabalho.

Apesar da retomada do crescimento econômico em 2021, que impulsionou a retomada das contratações de força de trabalho, e elevou o lucro dos capitalistas, não foram acompanhadas pelo aumento dos salários, nem pela melhoria dos direitos e condições trabalhistas, que vêm decaindo há mais de quatro décadas. É nesse qua-

dro, que 10 mil operários de John Deere entraram em greve, e dezenas de milhares de operários das mineradoras e indústria do carvão, de todo o país, realizaram protestos e greves por melhorias salariais e trabalhistas. O mesmo se passou na indústria de alimentos, bebidas destiladas e metalúrgicas (Kaiser, Volvo, John Deere, Arcelor Mittal, etc.). Também se contaram por dezenas as greves na Saúde, Educação e nos serviços (distribuidoras, teatro, cinema, restaurantes, etc.).

Essas lutas grevistas se caracterizam pelo fato de os trabalhadores de um setor aproveitar a retomada econômica, e exigirem imediatas melhorias salariais e trabalhistas. E influenciar outros setores, para que também lutem pelas as melhorias conquistadas, por meio da greve. O que é rejeitado pelo governo, que se nega a aprovar o aumento do salário mínimo; e pelos capitalistas, que visam a obter lucros extraordinários. Favorecidos pela injeção de bilhões de dólares pelo Estado (capitalização de empresas privadas com recursos públicos), os capitalistas procuram aumentar a composição orgânica do capital, sem ter de recorrer a investimentos próprios. Por essa via, elevam a produtividade do trabalho, e aumentam a taxa de exploração assalariada, à custa do endivi-

damento do Estado e do empobrecimento das massas.

Observa-se que a eleição de Biden, embora conseguisse abafar e desmontar as lutas democráticas das massas negras, não deu solução aos problemas do operariado, o que se manifesta na atual conjuntura como crescimento das greves e lutas econômicas. O problema para o governo e os capitalistas reside em que a vitória de algumas dessas greves eleva a disposição de luta daquelas que ainda não fecharam acordos salariais e trabalhistas, projetando sua radicalização. As greves se destacam, especialmente, por surgirem da pressão das bases, e obrigarem as direções pelegas a impulsioná-las. Pelo visto, se vem forjando uma nova camada de “ativistas” sindicais de base.

A ausência do partido revolucionário construído no seio do proletariado norte-americano nos dificulta conhecer mais claramente a extensão do movimento grevista, principalmente estando a distância. Mas, o simples fato de eclodir as greves operárias em vários setores da economia deve influenciar positivamente o movimento mundial dos explorados. É importante acompanhar a sua evolução e divulgar suas experiências entre o proletariado brasileiro e os demais explorados.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas 651 (o Massas 652, por ser um número especial, não contou com os Apontamentos), expusemos a posição de Lênin sobre a necessidade de mudar a composição do Comitê Central, como uma medida

para evitar uma possível cisão no partido. Um segundo problema que preocupou Lênin foi o conflito no Partido Comunista da Geórgia, em torno das repúblicas da Transcaucásia. Sua transcendência era estratégica, uma vez que se tratava da constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Já em novembro de 1921, Lênin se mostrou contrariado com as posições equivocadas de Stalin, diante das divergências sobre a constituição de uma federação de repúblicas da Transcaucásia, que encontrava resistência da maioria do Comitê Central do Partido Comunista da Geórgia, liderada por Polikarp “Budu” Gurgenovitch Mdivani. Enviou ao Comitê Central a “Nota a J.V. Stalin, com um projeto de resolução do Bureau (Comitê Executivo) político do Comitê Central do PC(b)R, sobre a formação de uma federação de repúblicas da Transcaucásia”. Eis os dois pontos do projeto: “1) Enquanto uma federação de repúblicas da Transcaucásia é por princípio absolutamente justa, e tem de constituir-se sem falta, sua imediata realização prática deve ser considerada prematura, ou seja, que requer certo tempo para discussão, com a propaganda de sua adoção pelos organismos soviéticos inferiores; 2) propor aos comitês centrais da Geórgia, Armênia e Azerbaijão (por intermédio do Bureau do Cáucaso), que submetam o problema da federação a um amplo debate no partido, e entre as massas operárias e camponesas, que desenvolvam uma intensa propaganda em favor da federação, e que esta seja aprovada nos congressos dos soviets de cada república; no caso de surgir uma oposição séria, o Bureau político do CC do PCR deve ser informado exata e oportunamente”.

A proposição de que não se apressasse a formação da federação, e que fosse amplamente discutida no interior das massas operárias e camponesas, indicava que havia um processo apressado e mantido na cúpula dirigente. Dessa breve resolução, se destaca o método de solução da divergência suscitada, quanto à necessidade e as condições para a união das nacionalidades por meio de uma federação. Em 29 de novembro de 1921, o projeto de Lênin foi aprovado, com uma emenda de Stalin. No entanto, não solucionou a divergência quanto ao método.

Em 30 de dezembro de 1922, Lênin retoma a questão, na nota “O problema das nacionalidades ou da autonomização”. Assim, interveio no conflito que se agravou com a acirrada oposição de Mdivani. O episódio de uma agressão física do dirigente G.K. Ordzhonikidze a um dos membros opositoristas evidenciou a dificuldade de ir adiante na estruturação da federação transcaucasiana, lançou luz sobre a concepção marxista da opressão nacional, e fez emergir o método, anteriormente assinalado por Lênin. Inicia por esse episódio, para em seguida expor sua crítica sobre como a direção partidária estava conduzindo o processo da constituição da federação da Transcaucásia.

“Se as coisas chegaram ao ponto em que Ordzhonikidze pôde extrapolar até se valer da violência física, como me informou o camarada Dzerzhinski, podemos imaginar em que embrulhada estamos metidos. Evidentemente, toda essa empreitada da ‘autonomização’ foi radical-

mente errônea e inoportuna. Fala-se que era necessário um aparato único. De onde vem esse tipo de afirmação? Por acaso, não vem do mesmo aparato russo, que, como assinali anteriormente em meu diário, tomamos do czarismo, e cobrimos ligeiramente com um verniz soviético? Sem dúvida, devíamos ter demorado essa medida, até o dia em que pudessemos dizer que respondemos de nosso próprio aparato. Mas, agora, conscientemente, devemos admitir o contrário: o aparato que denominamos nosso é ainda, nos fatos, totalmente estranho; é uma mescla burguesa e czarista, que não foi possível transformar, no curso de cinco anos, sem a ajuda de outros países, e porque, na maior parte do tempo, estivemos ‘ocupados’ em ações militares e na luta contra a fome. Em tais condições, é muito natural que ‘a liberdade de sair da união’, que nos serve de justificativa, seja um simples pedacinho de papel, incapaz de defender os não-russos da investida desse homem realmente russo, do chauvinista grã-russo, em essência, desse canalha e desse opressor que é o típico burocrata russo. Não há dúvida de que os operários soviéticos e soviéticos, que constituem uma proporção ínfima, se afogarão nesse oceano da canalha grã-russa chauvinista, como uma mosca no leite.”

Feita a explicação de que o Estado soviético ainda carregava as heranças das velhas instituições, e de que persistia o burocratismo chauvinista, Lênin faz a seguinte pergunta: “Temos tomado com suficiente cuidado medidas para defender de fato os não-russos contra o Derzhimorda autenticamente russo?”. Responde: “Penso que, quanto a isso, desempenhou um papel fatal a pressa de Stalin, e seu apego pelo puramente administrativo, bem como seu rancor contra o famoso ‘socialismo nacionalista’. Em geral, o rancor desempenha, na política, um papel dos mais baixos”. Refere-se também a Dzerzhinski, que, como encarregado de investigar o que se passava, “se distinguiu ali por um sentimento autenticamente russo”; e aos golpes de Ordzhonikidze. Conclui a crítica, com a seguinte pergunta: “Aqui temos um importante problema de princípio: como se deve entender o internacionalismo?”.

Na Carta seguinte, de 31 de dezembro de 1922, Lênin dá continuidade ao questionamento. “Em meus trabalhos sobre o problema nacional, já havia dito que é, em todo o sentido, em vão, formular abstratamente o problema do nacionalismo em geral. É indispensável distinguir entre o nacionalismo da nação opressora e o da nação oprimida, entre o nacionalismo de uma grande nação e o de uma pequena nação”. Condena a igualdade puramente formal que, na prática, oculta a desigualdade real, defendendo que se façam concessões que, de fato, ganhem a confiança de operários e camponeses não-russos.

De acordo com essa crítica e orientação, Lênin propõe: “Em primeiro lugar, devemos manter e consolidar a união das repúblicas socialistas. (...) Em segundo lugar, é preciso manter a união das repúblicas socialistas, no que concerne ao aparato diplomático. (...) Em terceiro lugar, é preciso impor uma sanção exemplar ao camarada Ordzhonikidze. (...) Em quarto lugar, é necessário introduzir as regras mais rigorosas quanto ao uso do idioma nacional nas repúblicas não-russas que formam parte da nossa união, e verificar essas regras com especial cuidado”. Lênin conclui com a caracterização política dos erros: “Entende-se que a responsabilidade política dessa campanha nacionalista autenticamente grã-russa deve ser atribuída a Stalin e Dzerzhinski”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXVI, Akal Editor)